



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

THALIA DAMASCENO SIQUEIRA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
CÉSAR ALMEIDA, DISTRITO DE MORAES ALMEIDA, ITAITUBA-PA**

Itaituba - PA

2020

THALIA DAMASCENO SIQUEIRA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
CÉSAR ALMEIDA, DISTRITO DE MORAES ALMEIDA, ITAITUBA-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

Itaituba - PA

2020

SIQUEIRA, Thalia Damasceno.

A inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais na percepção da comunidade escolar de César Almeida, distrito de Moraes Almeida, Itaituba-PA / Thalia Damasceno Siqueira. Itaituba: CLPP da FAI, 2020.

92 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba – FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2020.

Orientadora: Prof^a Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Me.

1. Inclusão escolar. 2. Alunos com necessidades educacionais especiais. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2020.

THALIA DAMASCENO SIQUEIRA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
CÉSAR ALMEIDA, DISTRITO DE MORAES ALMEIDA, ITAITUBA-PA**

Monografia De graduação apresentado ao Colegiado de
Pedagogia da Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profª
Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Profª Ma. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____

Profª Esp. Lúcia Maria Costa Cruz

Avaliador: _____ Nota: _____

Profª Esp. Antonia Vanda Santos Leite

Resultado: _____ Média: _____

Data: 17 de janeiro de 2020.

A minha mãe, Joilma Joaquina Damasceno de Oliveira, que proporcionou ensinamento, valores e estímulos para alcançar meus objetivos educacionais; ao meu irmão Glauber Nonato Damasceno Siqueira que sempre esteve comigo e ao meu companheiro, Patrick da Silva Hirata por sempre me apoiar.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por me propiciar essa oportunidade, e por fornecer sabedoria e força nos momentos precisos, em toda minha caminhada.

A minha família, especialmente a minha mãe, **Joilma Joaquina Damasceno de Oliveira**; aos meus irmãos, **Glauber Nonato Damasceno Siqueira** e **Taiane Damasceno Siqueira**; ao meu querido companheiro, **Patrick da Silva Hirata**, pelo apoio necessário nessa caminhada.

Aos professores da Faculdade de Itaituba, especialmente a minha Professora e orientadora, Mestra **Elina Renilde de Oliveira Ribeiro** pelas orientações e direcionamentos na construção desse trabalho.

Aos colaboradores da pesquisa, pais, professores, cuidadoras, equipe gestora e pedagógica da EMEF César Almeida, distrito de Moraes Almeida, Itaituba-PA.

Escola Inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados (GIL, 2005, p. 14).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ambiente escolar, de forma a identificar os desafios e impasses que se apresentam no processo de inclusão desses alunos. Em direção ao procedimento metodológico utilizou-se a abordagem qualitativa na perspectiva da pesquisa bibliográfica, com autores que tratam do tema e uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário destinado à comunidade escolar da EMEF César Almeida, distrito de Moraes Almeida, Itaituba-PA, que atuam no processo de inclusivo de crianças com NEE's, com vistas a identificar as práticas dos envolvidos que buscam propiciar um ambiente inclusivo com objetivo de superar os desafios que se encontram no cotidiano da inclusão escolar. Como resultados, observou-se que a escola está caminhando rumo à inclusão, no entanto, precisa melhorar nesse aspecto, na qual ainda enfrenta alguns impasses em incluir o aluno no ambiente escolar. Dessa forma, foi notório observar que a escola ainda tem necessidade de pessoas capacitadas para trabalhar com aluno com NEE's, além disso, ainda é encontrada a insuficiência de recursos didáticos para colaborar no trabalho dos profissionais da instituição. Vale ressaltar que em meios a dificuldades encontradas no ambiente escolar, a comunidade está em busca de fornecer um espaço inclusivo para os alunos com NEE's em busca de recursos, pessoas qualificadas e adequações essenciais que promovam o efetivo desenvolvimento do aluno nesse processo de inclusão.

Palavras-Chaves: Educação inclusiva. Inclusão escolar. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. AEE. Ensino fundamental.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (TCC) aimed to analyze the process of inclusion of students with special educational needs in the school environment, in order to identify the challenges and impasses that arise in the process of inclusion of these students. In the direction of the methodological procedure, the qualitative approach was used from the perspective of bibliographic research, with authors dealing with the subject and a field research with the application of a questionnaire for the school community of EMEF César Almeida, Moraes Almeida district, Itaituba-PA, which work in the process of inclusion of children with SEN, with a view to identifying the practices of those involved seeking to provide an inclusive environment with the objective of overcoming the challenges that are encountered in everyday school inclusion. As a result it was observed that the school is moving towards inclusion, however it needs to improve in this aspect, which still faces some impasses in including the student in the school environment. Thus, it was noticeable that the school still needs qualified people to work with students with SEN, and there is still insufficient teaching resources to collaborate in the work of the institution's professionals. It is noteworthy that in the midst of difficulties encountered in the school environment, the community is seeking to provide an inclusive space for students with SENs in search of resources, qualified people and essential adaptations that promote the effective development of the student in this inclusion process.

Keywords: Inclusive education. School inclusion. Students with Special Educational Needs. AEE. Elementary School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfis dos participantes da pesquisa.....	56
Quadro 2. Tipos de deficiências que são atendidas na EMEF César Almeida.....	60
Quadro 3. Processo de inclusão nesta escola.....	62
Quadro 4. Quanto à preparação em relação ao desenvolvimento da aprendizagem.....	64
Quadro 5. Experiências referentes ao convívio com o aluno que necessita de atendimento especializado.....	66
Quadro 6. Percepção sobre a atuação do professor da sala do AEE.....	69
Quadro 7. Desafios para efetivar a inclusão.....	71
Quadro 8. Perfil do Profissional na atuação do aluno com NEE's.....	74
Quadro 9. Sugestões para atuar com aluno com NEE's.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Frente da EMEF César Almeida.....	58
Figura 2. Entrada da EMEF César Almeida.....	58
Figura 3. Entrada sala do AEE.....	60
Figura 4. Sala do AEE.....	60
Figura 5. Estrutura da Sala do AEE.....	61

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APA	Associação Americana de Psicologia
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
DA	Deficiência Auditiva
DF	Deficiência Física
DI	Deficiência Intelectual
DM	Deficiência Múltipla
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DV	Deficiência Visual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NEE's	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
SD	Síndrome de Down
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 RELEMBRANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.1 CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.2 CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: DA REJEIÇÃO DA SOCIEDADE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	17
1.3 O DIREITO PELA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES.....	24
1.4 DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	30
2 ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E A ESCOLA.....	34
2.1 DEFICIÊNCIAS MAIS PRESENTES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	34
2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE.....	41
2.3 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: CURRÍCULO E ESPAÇO FÍSICO PARA OS ALUNOS COM NEE's.....	45
2.4 PAPEL DO PROFESSOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	51
3 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE CÉSAR ALMEIDA, DISTRITO DE MORAES ALMEIDA, ITAITUBA-PA.....	56
3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	56
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	57
3.3 A INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE.....	61
3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES.....	88

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, um tema bastante discutido e questionador é a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino. Todavia, a inclusão não é algo novo, mas que vem passando por modificações ao longo dos anos, onde passou por mudanças até chegar ao termo conhecido na atualidade que é a inclusão. Para incluir o aluno com necessidades educacionais no ambiente escolar é necessário inovar, já que não basta apenas o aluno está inserido no ambiente educacional, uma vez que o mesmo deve participar em busca do seu desenvolvimento e estar em um espaço comum e inclusivo, em um ambiente escolar acessível para suas dificuldades e possibilidades.

Este referido trabalho de conclusão de curso justifica-se pela necessidade de um estudo sobre como ocorre à inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no campo educacional, visto que ainda é notório que existem desafios para incluir esse aluno no dia a dia da escola. Faz-se necessário uma preparação ampliada e pertinente para os professores e todos envolvidos com o aluno com NEE's com o propósito de buscar formas e estratégias de incluir o aluno da melhor maneira possível.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo é reconhecer os desafios no processo da inclusão escolar com qualidade que possibilite o efetivo desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais no cotidiano da EMEF César Almeida. Para tanto, levantou-se diversos questionamentos com a finalidade de nortear essa pesquisa: Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com NEE's na EMEF César Almeida? Qual o perfil do profissional para atuar junto ao aluno com NEE's de forma a promover o desenvolvimento da aprendizagem com qualidade? Que desafios se apresentam à escola e aos familiares no que diz respeito à inclusão escolar com qualidade que possibilite o efetivo desenvolvimento do aluno com NEE's?

Como procedimento metodológico foi realizado uma pesquisa bibliográfica para melhor entendimento a cerca do tema abordado, dessa forma, dentre os autores encontra-se Sampaio e Sampaio (2009), Silva (2012), Oliveira (2018), Aranha (2000) e Rocha (2000). Este trabalho ainda trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto que se faz necessário para melhor assimilação sobre a educação inclusiva no ambiente educacional.

Desse modo, este trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo faz um breve percurso histórico sobre a educação inclusiva, salientando como eram tratadas as pessoas com deficiências perante a sociedade e ainda menciona os marcos legais que contribuíram para incluir a pessoa deficiente a pertencer a sociedade.

No segundo capítulo abordam-se aspectos relacionados ao aluno com necessidade educacional especial, aludindo sobre alguns tipos de deficiências e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Traz alguns aspectos da acessibilidade na escola e ainda aborda questões relacionadas aos professores que atuam com o aluno incluso. Por último, será a abordagem analítica dos questionários aplicados à comunidade da EMEF César Almeida que identifica o processo de inclusão escolar e os desafios enfrentados na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no cotidiano da escola.

1 RELEMBRANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação transmitida nas escolas passa por diversas transformações no decorrer do modo de agir e pensar de cada indivíduo. Dessa forma, a educação inclusiva vem ganhando espaço e modificações na sua forma de trabalho, já que é necessário que tenha métodos diversificados que visem à melhoria na qualidade da educação, que por sua vez precisa empenhar-se para atribuir a inclusão no espaço escolar e em todos os campos da sociedade.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 11).

Nessa vertente, a educação inclusiva traz trajetórias que embasam nos direitos humanos, levantando questões que todo e qualquer cidadão independente de sua peculiaridade e origem, tem necessidade e direitos que por muito tempo foram negados pela sociedade, pois estipulava preconceitos através de aparências e no modo de agir, desclassificando as pessoas, e desvalorizando suas diferenças.

O processo de educação inclusiva permeia derivadas definições que visam efetivar na prática o verdadeiro significado de inclusão no ambiente escolar, para que no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, todas as pessoas estejam inclusas no espaço que é seu por direito, traçando caminhos que possibilitará um avanço social e emocional, para que se torne um cidadão participante da sociedade em que vive.

Conforme Fávero (2011), a educação inclusiva aos longos dos anos passa por diferentes conceitos que esboçam suas principais ideias, na qual uma delas é possibilitar aos alunos que de alguma forma foram e são submetidos à exclusão e preconceito dentro da sociedade, estejam presentes e ativos em seu ambiente social. Consequentemente, a inclusão vem contrapor e impedir que atitudes semelhantes à exclusão venham acontecer perante o cidadão, independentemente de suas características. Assim, a inclusão é algo abrangente e não deve ser tratado

como algo singular, pois ultrapassa vários ambientes desde o familiar, escolar e até mesmo no trabalho. Sendo assim, compreende

[...] uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial denominado “inclusão social”, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidade para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças (MENDES, 2006, p. 395).

A educação inclusiva traz oportunidades para todos, em que cada cidadão possua possibilidades em sua vida, sendo respeitado e exercendo seus direitos e deveres na sociedade. Essa educação favorece grandes quantidades de pessoas que foram excluídas da sociedade por terem características diferentes, sendo tratadas como inferiores as demais. Porém, a educação inclusiva ainda passa por diversos conflitos que necessitam ser cessados no decorrer do processo de inclusão.

De acordo com Sampaio e Sampaio (2009), durante o procedimento de inclusão várias questões devem ser discutidas, uma vez que deve ser olhada e estudada de dentro para fora, onde necessita ser avaliada nas famílias, pois, em muitos casos são cometidas exclusões no próprio ambiente familiar de pessoas que não são de acordo com o padrão da sociedade, assim sendo taxadas de “anormais”. Em consequente, a família como os primeiros que passam a educação aos seus filhos tem como necessidade ter conhecimento sobre as diferenças e em como lidar para que não promovam a exclusão com seus próprios familiares.

A inclusão tem como aspecto a diversidade, para que a pessoa tenha um resultado positivo em sua vida diante a sociedade. À vista disso, a inclusão se alicerça na diversidade das pessoas, onde deve acontecer a aceitação perante a sociedade, em que é necessário que todos tenham garantias de oportunidades, independentemente de suas características. A perspectiva da educação inclusiva na escola vai além de ensinar questões disciplinares impostas pela sociedade, pelo contrário, busca uma diversificação em ensinar o aluno de forma integral sem usar suas características e dificuldades para limitar suas possibilidades.

Esse modelo de inclusão dá ênfase no que o mesmo consegue produzir, trabalhando em cima de questões distintas que o indivíduo tem possibilidades de

realizar, enfocando no desenvolvimento social e cognitivo de cada um. Com isso para Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) *apud* Silva (2012, p. 96), a inclusão escolar é “a prática de inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

A inclusão escolar é um grande avanço para os alunos com necessidades educacionais especiais, pois desta forma vêm conseguindo ter direito a um espaço na sociedade, em que ao longo das histórias eram excluídos, sendo que muitos deles apresentavam grandes diferenças físicas do resto da população e eram ignorados pela sua comunidade. No entanto, a educação inclusiva visa fazer com que esses alunos tenham oportunidades igualitárias dentro do contexto social, sendo que os mesmo em diversas situações sofrem pela exclusão diante da sociedade no seu dia a dia.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! (ROPOLI *et al*, 2010, p. 08).

Dessa forma, a pessoas que tem necessidades educacionais especiais estão dentro do campo que necessita da educação inclusiva, pois com a mesma irá contribuir para seu aprendizado, já que propõe um sistema igualitário com as mesmas oportunidades de conhecimento. No entanto, para que tenha a inclusão é indispensável que seja trabalhada no dia a dia com diferentes atitudes. As pessoas com necessidade especial no decorrer da história da sociedade já foram expostas a exclusão, com rejeição da sociedade, com isso na atualidade os pensamentos vem modificando-se e cada vez dá espaço de agir e oportunidade de expressão diante da sociedade. Desse modo, oportunizar a permanência desses alunos no contexto escolar é um dos mecanismos para promover a inclusão, onde já se tem derivados métodos que visam a inclusão desses grupos que foram menosprezados ao longo da história.

Assim deve ser amplamente realizada por todos, para que tenha oportunidades iguais, onde a valorização do ser humano é aprendida e trabalhada continuamente. Em vista disso, a educação inclusiva deve ser verificada e atualizada

no seu modo de trabalhar, trazendo melhorias para que a inclusão de todos realmente aconteça e traga qualidade no modo de vida de todos. De acordo com Fávero (2011, p. 18), “quando se fala em educação inclusiva, em direito de acesso a mesma sala de aula das demais crianças e adolescentes, o objetivo é simplesmente garantir às pessoas com deficiência o acesso a esse direito humano, comum e fundamental”.

Nessa direção, o aluno que apresenta algum tipo de deficiência tem seu direito garantido ao acesso à escola, onde se salienta que todos têm o direito a educação, sendo algo fundamental no processo de vida de cada indivíduo. Assim, os alunos com deficiência têm a garantia à oportunidade em frequentar as salas de aulas, que por sua vez vem colaborar na convivência de todos, trabalhando e efetivando a diversidade, promovendo a capacidade ao respeito às diferenças.

Portanto, a educação inclusiva propõe que se tenha a inclusão de grupos que passam pela exclusão necessitando de métodos educativos que visem à superação de exclusão dentro da sociedade em que está inserido. A escola é um dos pontos essenciais para promover essa inclusão, porém precisa sempre está se atualizando com questões que irão favorecer no ensino e aprendizagem para que se tenham avanços educacionais sem exceção de pessoas, independentemente de suas peculiaridades.

1.2 CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: DA REJEIÇÃO DA SOCIEDADE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No decorrer do processo de universalização da escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais ocorreram diversificadas situações até atualidade, onde se tem o direito de uma educação para todos, sem distinção. Durante muito tempo, as crianças que possuíam algum tipo de deficiência nem sempre eram bem vistas pela sociedade, não existindo qualquer questão ao direito igualitário para todos os seres humanos.

Segundo Silva (2012), no perpassar da história, encontram-se fatores que relatam em como eram tratadas as crianças, que de acordo com a sociedade da época não era igual às demais. No período da antiguidade, na Grécia Antiga, o ser humano era valorizado de acordo com suas características físicas, onde era considerada a personificação de que as crianças deveriam nascer sadias e fortes,

para ser considerado útil para a sociedade em questão. Já aqueles que não se enquadravam no modelo que seria uma “pessoa perfeita” eram eliminados ou abandonados, por ser consideradas subumanas, ou seja, sem nenhum valor para a sociedade.

[...] em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Tais atitudes eram perfeitamente congruentes com os ideais morais da sociedade classista da época, em que a eugenia, a perfeição do indivíduo era extremamente valorizada (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 23).

Desse modo, é verídico dizer que não existiam meios que proporcionassem qualquer tipo de oportunidade às crianças deficientes, onde a sociedade era completamente restrita à busca pela perfeição, assim as crianças deficientes não possuíam quaisquer direitos perante a sociedade.

Durante esse período da antiguidade, o abandono e a negligência às pessoas deficientes eram tidas como algo normal, onde acontecia pela permissão do Estado. Na Roma Antiga, crianças que eram do sexo feminino e com alguma deficiência, o seu direito à vida e a permanecer na sociedade dependia do pai, pois segundo o seu conhecimento, se o mesmo acreditasse que o bebê não seria saudável, poderia ser abandonado nas ruas, com o fim sendo a morte, pelo fato de não possuir alimentação adequada e cuidados essenciais à saúde.

No período da idade média, essa visão ao abandono as crianças com deficiência foi se reestruturando tendo avanços lentos, pois essas crianças ainda não eram aceitas pela sociedade, não tendo qualquer garantia a uma vida digna. No entanto, a igreja assegurou que as crianças deficientes não fossem punidas com a morte. Sampaio e Sampaio (2009, p. 06) afirmam que, “a partir da doutrina cristã, as pessoas deficientes não podiam ser mais exterminadas, já que eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente abandonadas à própria sorte [...]”.

No período medieval aconteceu um retrocesso nas atitudes com as pessoas deficientes, pois de acordo com Pessotti (1984) *apud* Silva (2012, p. 16), “Muitos chegaram a admitir que o deficiente é possuído pelo demônio, o que torna aconselhável o exorcismo com flagelações para expulsá-lo”. Perante isso, nessa época deu-se início a perseguição das pessoas deficientes, onde não existia qualquer humanização referente a essas pessoas, em que relacionam a deficiência com questões demoníacas.

Dentre os que sofriam perseguições, os deficientes mentais eram o que mais enfrentavam as opressões, com intuito dos mesmos serem levados para realizar exorcismo que tiraria aquele tipo de deficiência. Nesse modelo de vida, é importante observar que as crianças deficientes não gozavam de direito pela expressão, sendo julgadas pela sociedade pela sua forma física e psíquica. Essas crianças não tinham contato com a educação, sendo algo que era destinado somente às pessoas que possuíam valor econômico para a sociedade. É uma fase conhecida como da *exclusão e até do extermínio* de pessoas com deficiência.

Desse modo, nesse percurso histórico ocorreram mudanças lentamente, porém significativas para as pessoas deficientes. Somente deu-se início a educação especial no século XVI com trajetos históricos que foram de grande importância para a história. Como descrito por Mendes (2006), nesse período ocorreram os primeiros interesses para com as pessoas com deficiência nas questões médicas e de ensino.

Assim, a deficiência teve palco para novos conhecimentos, pois nesta época não continha muitos conhecimentos sobre a deficiência e quais eram os motivos que ocorria, no entanto as questões voltadas para as pessoas com deficiências trouxeram atitudes diferentes, porém, ainda os conhecimentos se limitavam, por não existir grandes avanços na medicina. Assim, nesse período entendeu-se que a deficiência era causada pelas questões naturais ao ser humano, onde ocorria no seu desenvolvimento.

Considerando os avanços na área dos cuidados às pessoas com deficiências, Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838) foi um médico francês, que após grandes contribuições em ensinar uma linguagem totalmente diferente ao surdo e a educar Victor, menino que foi encontrado nas matas após ser abandonado, foi considerado o pai da Educação Especial, pois trouxe grandes avanços em relação ao deficiente, sendo o primeiro a utilizar métodos sistemáticos para possibilitar a educação a um deficiente (SILVA, 2012).

Logo as mudanças passaram a ocorrer, mesmo que a passos lentos na área da Educação Especial, já que as pessoas deficientes onde eram exterminadas por suas características físicas e cognitivas, começaram a ter pequenos progressos na sociedade, permitindo-lhes direito à vida e vivenciando conhecimentos voltados para tal questão.

A partir do final do século XVII, com o pensamento de liberalismo, onde diz respeito da liberdade ao pensamento do ser humano em todas as áreas da

sociedade, em todos os campos, seja ele político, religioso, econômico ou intelectual foi um grande contribuinte para as pessoas deficientes. Assim, possibilitou desenvolvimento na educação das pessoas com deficiência no Brasil na questão dos direitos.

Inicia-se a era da institucionalização: conventos e asilos, seguidos de hospitais psiquiátricos, constituíram-se como locais de confinamento. As pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 25).

Conforme os autores, as pessoas deficientes eram isoladas da sociedade, sendo encaminhadas para casas, onde receberiam educação. Porém, nesse modelo de vida era algo que não favorecia para a convivência dos mesmos, pois não tinham convívio com a sociedade, sendo totalmente excluídas da vida social. A Santa Casa de Misericórdia contribuiu para a educação das pessoas com deficiência, onde a mesma recebia pessoas menosprezadas pela sociedade, como pobres e que apresentavam algum tipo de deficiência.

Nessa ideia, observa-se que ainda existia a exclusão das pessoas deficientes em relação à sociedade, em que os mesmos viviam em ambientes isolados do resto da população, vivenciando a exclusão e sem uma vida digna sendo pouco considerado na sociedade. Nesse seguimento de descaso com a vida dos deficientes, observa-se que o modelo de vida destinado para as pessoas com deficiência era o de segregação, em que eram afastados e postos em lugares separados da sociedade. Assim, as pessoas deficientes eram limitadas a sua vida, onde não tinha o pleno direito de usufruir condições de vida igualitária como as pessoas ditas “normais”.

No decorrer de 1857, o Brasil estava em uma época de progresso econômico, com isso pesquisadores brasileiros deram início a serviços às pessoas com deficiência, sensoriais motoras e físicas, uma vez que em 1854 foi inaugurado por D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 1887, foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Essas instituições visavam o atendimento das pessoas que tinham esse tipo de deficiência. O atendimento que era fornecido por sua vez era precário, onde somente algumas deficiências poderiam estar nessas instituições (SILVA, 2012).

Ao longo da história verifica-se que poucos se importavam com a educação das pessoas deficientes, onde seu acesso à sociedade em muitos períodos ficou restrito. E quando se propôs uma forma diferente de agir, veio então a segregação, onde as pessoas que tinham algum tipo de deficiência eram mandadas para instituições, e os mesmos eram ensinados separadamente dos ditos “normais”.

Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”. A institucionalização dessas pessoas ocorria de forma natural, em asilos e manicômios. Foi a resposta social para tratamento dos considerados desviantes (MENDES, 2006, p. 387).

Nessa vertente, nota-se que a educação para as pessoas deficientes ainda não era de total apoio pela sociedade, onde não se tinha um convívio na diversidade com essas pessoas, sendo colocados em lugares separados das pessoas que eram consideradas “normais” para a sociedade.

Por volta de 1970 aconteceu o rompimento da desinstitucionalização, onde acontecia a chamada segregação, assim dando espaço para a normatização ao ensino regular para que assim acontecesse a integração educacional, que visava às pessoas com deficiências a possibilidade de se desenvolver junto aos demais alunos. Esse modelo de integração, conforme Mendes (2006, p. 388),

[...] alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiência teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças.

As pessoas deficientes começaram aos poucos ganhar espaço na sociedade, tendo a possibilidade ao direito de permanecer nas classes comuns ou em classes especiais das escolas regulares. No entanto, ficou somente na teoria, onde para o aluno conseguir um avanço e frequentar as salas comuns ou sala especiais, o mesmo teria que passar por diversificadas etapas.

Considerava-se que a deficiência era um problema que estava na pessoa e, portanto, era a pessoa que precisava ser modificada (habilitada, reabilitada, educada) para tornar-se apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (família, escola, emprego, ambiente). Quem não estivesse pronto para ingressar imediatamente na escola, precisava ser “preparado”, por uma classe especial ou Escola Especial, até ser considerado aceitável (GIL, 2005, p. 32).

Desse modo, compreende-se que esse modelo tornava as pessoas que apresentavam alguma deficiência serem inferiores às demais, pois as mesmas deveriam se adaptar ao contexto social, principalmente nas escolas para que fossem aceitas a permanecer no ambiente escolar. Assim, as pessoas com deficiência deveriam se modificar até se tornar capazes de viver em convívio com as outras pessoas. Segundo o dicionário on-line (2019), integração significa incorporação; ação de incorporar, de unir os elementos num só grupo.

Além disso, nota-se que para a pessoa com deficiência poder usufruir do ensino comum e participar de uma educação coletiva com os demais alunos era necessário que o indivíduo passasse por uma preparação, que ocorria nas classes especiais onde tinha presença somente das pessoas deficientes. Nesse sistema que buscava incluir o aluno, mas ao mesmo tempo excluía com tais atitudes, em que “aceitava somente os alunos que tivessem condições de acompanhar os métodos de ensino e o ritmo de aprendizagem da maioria dos alunos” (GIL, 2005, p. 32).

A integração escolar, nos países que a ela aderiram, e a adoção do novo conceito vão desencadear o subsistema de Educação especial dentro das escolas do ensino regular, para os alunos com necessidades educacionais especiais e os professores de Educação especial que os acompanham. O sistema mantém-se a todos os níveis e estes alunos e os professores que os acompanham terão de fazer os possíveis e os impossíveis para aceder às regras e ao funcionamento do sistema regular, para ter direito a um lugar no meio escolar normal, enquanto que o sistema não se questiona nem preconiza a mudança. Se não conseguirem serão excluídos (SANCHES: TEODORO, 2006, p. 68).

A diferença aos poucos começou a estar presente no contexto social, em que as pessoas deficientes alcançaram olhares que antes não existiam, buscando melhorias no contexto educacional da época, onde ocorreram demorados avanços no campo educacional, para que pudesse haver um convívio social com as demais pessoas.

No entanto, a integração às salas regulares não foi o suficiente para os mesmos, já que precisam de ambientes físicos e recursos necessários para um avanço educacional de qualidade. Dessa forma, “é como se todos fossem iguais e normais e as pessoas com deficiência fossem as diferentes, afastando-se da normalidade e, por isso, necessitariam de serviços especiais para alcançarem o título de ‘normais’” (RODRIGUES; LEITE, 2012, p. 73).

Na ideia de integração do aluno com deficiência deveriam se encaixar nas escolas regulares, onde seus progressos dependiam dos próprios alunos, para Sampaio e Sampaio (2012, p. 82):

[...] durante a integração escolar, a presença do aluno com deficiência na classe comum do ensino regular estava condicionada ao seu próprio comportamento e rendimento acadêmico. Isso quer dizer que discente apresentar comportamento adequado e alcançar sucesso acadêmico, pois, caso contrário, ele retornaria para a classe ou escola especial.

Em vista disso, a integração era bem vista teoricamente, porém que na prática não era efetivado, pois não supria as necessidades das pessoas especiais, já que as mesmas tinham que se adaptarem as escolas e fornecer um avanço adequado de acordo com o que fosse proposto. Desse modo, não acontecia a presença e participação desses alunos na classe regular ou em classe comum. Nesse contexto, a diversidade e as diferenças peculiares de cada pessoa e suas necessidades educacionais ainda não eram totalmente supridas.

Assim, a integração foi mais um movimento que não obteve totalmente qualidade para as pessoas que possuíam alguma necessidade educacional especial. No modelo de integração não acontecia adequações curriculares, com isso não havia uma maleabilidade no currículo para suprir as necessidades dos alunos com deficiência. Assim, esse movimento não foi capaz de diminuir a abandono escolar e desenvolver novos modelos para a educação dos alunos especiais.

O modelo de integração presente na sociedade da época foi um momento conturbado para as pessoas com deficiência no campo educacional, pois com o modelo de integração os alunos com deficiência não estavam inclusos na escola, já que ficavam separados dos alunos ditos “normais”. Assim, os alunos com deficiência eram separados permanecendo em ambientes afastados dos demais. Dessa forma, a integração não colaborou para um avanço na educação e não favoreceu as relacionais sociais entre os alunos com deficiência e os alunos ditos “normais”, já que os mesmos eram expostos à exclusão, pois estavam apenas inseridos nas escolas.

Assim, o modelo de integração não ocorreu com sucesso, sendo substituído pela inclusão, defendido na Declaração de Salamanca, que aconteceu na cidade de Salamanca, no ano de 1994 com a realização de um Congresso com a presença de representantes de cada país (OLIVEIRA, 2018).

A Declaração de Salamanca foi um dos principais acontecimentos para a proposta de educação inclusiva no qual veio contrapor o modelo de integração, onde a mesma apresentou distintos fatores que visavam à inclusão da pessoa deficiente na sociedade, em especial nas escolas, para que as mesmas se tornem um ambiente inclusivo e acolhedor para os alunos deficientes, devendo colaborar para a aprendizagem desses alunos. A Declaração enfatiza políticas, princípios e ações das necessidades educativas especiais, dessa forma, estabeleceu o início de um modelo inclusivo visando aos alunos deficientes uma melhor qualidade de vida e qualidade no seu aprendizado.

Sobre a história das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ao longo dos tempos, percebe-se que a inclusão é um conceito da atualidade que vem sendo discutido e ganhando melhorias no perpassar da atualização de pensamentos voltados para o ramo da educação e de toda a sociedade.

A inclusão é, portando, uma inovação que implica esforço de atualização e reestruturação das condições aturais da maioria das escolas brasileiras. Para uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização escolar, que vai muito além de aceitar crianças deficientes na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte, que se restrinjam à sala de aula, sem, contudo contribuir para que haja uma real transformação da dinâmica dos processos pedagógicos, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 34).

Em virtude disso, a inclusão escolar é algo que necessita de muitos fatores para ocorrer, sendo um deles a participação efetiva de todos nesse processo, na qual demanda a continuidade de ações. A inclusão corrobora não só com as pessoas deficientes dentro das escolas, mas com todas as pessoas que necessitam do processo de inclusão, para suprir seu desenvolvimento no contexto educacional e social. Desse modo, a escola precisa se reestruturar para que tenha meios e subsídios que promova a real inclusão do aluno com deficiência.

1.3 O DIREITO PELA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES

A educação é indispensável para toda e qualquer pessoa, sendo um dos direitos básicos para o cidadão perante a sociedade. A educação ao longo da história nem sempre foi um direito para todas as pessoas, sendo transmitidas

somente para quem tinha um valor aquisitivo para a sociedade. A pessoa deficiente não possuía direito a usufruir da educação, sendo negado por muito tempo.

O direito à educação no Brasil é uma garantia a todas as pessoas desde terceira constituição no ano de 1934, segundo o seu artigo 149, em que observa-se que o direito à educação é assegurado para todos. Entretanto, não era totalmente proporcionado as pessoas com deficiências, já que nessa época a educação repassada para as pessoas deficientes eram de forma segregada, assim permitindo que houvesse a exclusão da minoria.

A educação para as pessoas especiais no campo mundial aconteceu por meio da aprovação (1948) da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), na qual a declaração enfatiza que todas as pessoas têm a mesma capacidade de usufruir do mesmo direito, sem distinção. Dessa forma, a Declaração trouxe consideráveis benefícios para aqueles grupos que eram excluídos da sociedade.

No que diz respeito aos direitos a pessoa com deficiência ainda dá ênfase na Resolução ONU nº 2.542/1975, em que alguns artigos estão voltados diretamente para as pessoas deficientes, como o Art. 3º que determina: “qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade [...]”. Esta resolução forneceu uma garantia os direitos aos mesmos, com direitos essenciais para a pessoa deficiente, onde se embasa que os mesmos devem ser assegurados por esses direitos básicos de uma vida. Assim, a Declaração das Nações Unidas foi um dos primeiros direitos alcançados para as pessoas deficientes, em que buscava uma melhoria na qualidade de vida. Foi uma forma de garantir a igualdade de direitos, o que muitas das vezes não se apresentam na vida cotidiana como garante no papel.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal do Brasil, a nova constituição foi proclamada com o intuito de efetivar um Estado Democrático. Na nova constituição trouxe grandes avanços para as pessoas com deficiência, assegurando o direito a educação, dando ênfase que deve ser transmitida preferivelmente por meio da rede regular de ensino.

Em 1990, ocorreu a Conferencia Mundial de Educação para todos, em Jomtien na Tailândia, que propôs que os países buscassem formas de assegurar uma educação de qualidade para todas as pessoas. Essa Conferência trouxe

grandes avanços para a educação e para as pessoas deficientes, pois foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (OLIVEIRA, 2018).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) traz posicionamentos para as pessoas com deficiência, contribuindo para a que os mesmos se tornassem parte do campo educação, onde por muitas vezes estiveram excluídos, sendo suas diferenças descartadas pela sociedade.

Art. 3º [...] as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (BRASIL, 1990).

Em 1993, foi elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU um documento com as normas sobre equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. Esse documento tinha como objetivo fazer com que os Estados, têm a responsabilidade de promover ações para garantir possibilidades igualitárias de ensino primário, secundário e superior para todas as pessoas com deficiência.

No percurso dos avanços para a pessoa com deficiência, em 1990 também foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a Lei nº 8.069/1990, no qual a mesma tem como finalidade a proteção integral à criança e ao adolescente. Nesse contexto, a educação inclusiva ganha avanços na sociedade, em que através de ações governamentais as pessoas deficientes se oportunizaram de estarem presentes e fazendo parte do corpo social.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, foi proposto o preceito de igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas. Na LDB há artigos direcionados à educação especial, no qual apresenta atribuições sobre serviços para a pessoa com deficiência.

Os artigos 58 e 59 da LDB especifica a educação especial uma modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida na rede regular. Ainda descreve que as escolas regulares devem oferecer serviço de apoio especializado para os alunos da educação especial. Define que os sistemas assegurarão os alunos com necessidades especiais com diversos recursos para facilitar na aprendizagem, como currículos, técnicas e métodos específicos e oferta de professores capacitados para tal trabalho. Por fim, a Legislação demonstra interesse na busca da inclusão na sociedade.

No transcorrer de inovações de leis para a pessoa deficiente, segundo Silva (2012) em 1999, foi criado mais um órgão chamado Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que foi publicado através do Decreto nº 3.076, e em seu artigo 11 enfatiza a responsabilidade do Conade cuidar da implementação de Política Nacional para Integração das pessoas com deficiência, e que deve observar a elaboração de políticas para as pessoas com deficiência.

Também em 1999, foi elaborado o documento Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, sendo regulamentada por meio do Decreto de nº 3.298/1999, em que apresenta diversificados preceitos com o objetivo de garantir as pessoas com deficiência direitos e com possibilidades dos mesmos exercê-los. Na abordagem do artigo 7, especifica um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que é o acesso e permanência da pessoa com deficiência a usufruir de serviços oferecidos, como a educação.

Nesse trajeto histórico e político, a pessoa com deficiência teve seu direito à matrícula no ensino regular garantido, e a educação especial tornou-se parte do sistema educacional. Ainda com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência ocorreu a definição da deficiência e como ocorria essa identificação, para que ocorresse a classificação da deficiência corretamente.

Dessa forma, a educação inclusiva, estava chegando ao alcance da sociedade, com intervenções voltadas para as pessoas com deficiências, e compreensão de suas peculiaridades, de forma que não pudesse se tornar um impasse para ter o direito a frequentar escolas regulares. Com efeito, a inclusão na educação é um mecanismo que traz oportunidades para todos indistintamente.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, foram instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que determina em seus artigos a educação especial perpassando por todas as etapas da educação. Dá ênfase à matrícula de todos os alunos, os quais devem ir à escola que buscará meios para que ocorra o atendimento aos alunos desse público com um ensino de qualidade (BRASIL, 2001).

No que se refere à inclusão escolar, deve-se salientar que a mesma vem ganhando atualizações, afim de promover melhorias e tornar a escola mais inclusiva, na qual o aluno com necessidades educacionais especiais poderá ter oportunidades

de estar inserido em um ambiente saudável e acolhedor. O aluno com NEE's deve usufruir dos direitos essenciais para qualquer ser humano, sendo participante efetivo da sociedade, com oportunidades para que torne um cidadão digno de uma vida com direito e deveres diante a comunidade em que está inserido.

Outra legislação referente aos direitos da pessoa com deficiência foi promulgada em outubro de 2001, através do Decreto nº 3.956/2001, onde a mesma tem como propósito a eliminação de discriminação contra as pessoas deficientes. Estabelece que tenha que ocorrer determinadas ações para que tenha a eliminação de barreiras, assim veio propor a eliminação de discriminações que provocam a exclusão dessas pessoas.

Como descrito por Oliveira (2018), a inclusão dos alunos deficientes é entendida de diferentes formas, com inovações para a educação inclusiva em busca de mecanismos para que o aluno esteja plenamente inteirado no contexto educacional. Desse modo, em 24 de setembro de 2002 foi aprovada a Portaria nº 2.678/02 na qual diz respeito a diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades do ensino, que compreende o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para seu uso em todo o território nacional (BRASIL, 2002).

É importante salientar também que, por meio do Decreto nº 10.436/2002 foi instituída a Língua Brasileira de Sinais que tornou-se um mecanismo legal como forma de comunicação e expressão para as pessoas surdas.

Art. 1, parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Observa-se que a Libras ficou reconhecida como a forma de linguagem oficial das comunidades surdas, no entanto, não substituiu a modalidade escrita da Língua Portuguesa, mesmo assim a inclusão de Libras como uma forma de comunicação foi uma evolução para o contexto brasileiro.

Mais tarde, por meio do Decreto nº 5.626/05 foi regulamentada a Lei nº 10.436/2005, que delibera a Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação do professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras. Além disso, o ensino da Língua Portuguesa passa a se tornar segunda língua para os surdos e

ainda tem como proposta em lei propiciar uma educação bilíngue no ensino regular (BRASIL, 2005).

Outra normativa que veio a contribuir para o processo de inclusão com qualidade voltada aos alunos com NEE's foi a divulgação do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicado em 2007. Favoreceu a inclusão dos alunos especiais no ambiente educacional, em que aborda mecanismos que contribuem para um ensino inclusivo, onde busca o acesso, a permanência, participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Dessa forma, esse documento foi um grande avanço, que intensificou as possibilidades de transmitir educação de uma maneira eficiente para aos os alunos especiais, e inclusivos em uma sociedade. Define ainda as pessoas consideradas com deficiência, ou seja, são aqueles “que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e sociedade” (BRASIL, 2007, p. 14).

Tendo em vista os aspectos acima sobre uma educação que seja inclusiva para as pessoas com necessidades educacionais especiais, em 12 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764 em que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista onde apresenta aspectos da síndrome clínica para que a pessoa seja considerada autista. A lei ainda exhibe diretrizes para serem realizadas e apresenta direitos essenciais para a vida do autista com saúde, educação, proteção (BRASIL, 2012).

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), por sua vez, ressalta na meta 4 ações voltada para os alunos deficientes, que tem a finalidade de:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 67).

À vista disso, de acordo com a meta o ensino deve ser disponibilizado para todos, sem que haja distinções. É de suma importância que haja condições adequadas para os alunados com peculiaridades diferenciadas para que o mesmo possa desfrutar de um ensino de qualidade e inclusivo. Desse modo, a seguinte

meta é uma progressão de um sistema inclusivo, onde oportuniza os alunos com NEE's a uma educação básica na sala comum, valorizando a heterogeneidade na sala de aula.

Cabe ressaltar que em 6 de julho de 2015 foi decretada a Lei nº 13.146 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que tem como objetivo assegurar e promover, os direitos e liberdades indispensáveis para a pessoa com deficiência. O mesmo documento prescreve o acesso à educação aos mesmos, na qual não pode ser negado, independente de qualquer fator que seja (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, nota-se que no percurso político educacional brasileiro ocorreram diversificadas transformações e promulgações de legislações para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência puderam e podem ter seus direitos garantidos e, assim, usufruir das oportunidades educacionais.

1.4 DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante o percurso histórico de lutas e movimentos por uma efetiva educação aos alunos com necessidades educacionais especiais na sociedade, houve outras ideologias de como incluir a pessoa deficiente na sociedade, em especial no meio escolar. Em contraposição às outras formas de inserir o aluno com deficiência no contexto escolar, como a segregação e a integração deu-se início a proposta de inclusão a partir da década de 90, buscando incluir o aluno deficiente no espaço escolar e fazer com que ocorra preparação do espaço para receber esses alunos, assim “é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular” (RODRIGUES; MARANHE, 2012, p. 39).

A inclusão é de caráter importante para uma vida justa e igualitária, dando ênfase que a garantia dos direitos dos cidadãos é uma necessidade independente das diferenças de cada pessoa, onde a diversidade é respeitada entre todos. À vista disso, a inclusão dos alunos especiais às escolas é um avanço simultaneamente histórico em toda sociedade, pois apesar da singularidade dos mesmos, cada indivíduo tem direito e possibilidade diante da comunidade, com garantias que intensificam a sua permanência em torno da sociedade.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é um trajeto que vem sendo percorrido no desenvolver de questionamentos voltados para a educação em busca de uma inclusão efetiva, que ocorra na prática no dia a dia da escola. Na qual, o aluno com necessidades especiais tem possibilidades do acesso e a permanência nas classes regulares, onde não basta está inserido no campo escolar. A inclusão vai além do aluno está presente na sala de aula e em todos os ambientes escolares, o aluno deve colaborar, participar e receber o aprendizado que incentivará no seu desenvolvimento.

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

Nessa linha de raciocínio, a inclusão é de fundamental importância para todos, onde a diversidade deve ser reconhecida e ser respeitada, para que o aluno com necessidades especiais esteja incluso não somente na escola, mas em todos os meios existente na sociedade, como no mercado de trabalho. A sociedade vem enfrentando paradigmas em relação à educação especial, onde a exclusão ainda está presente na sociedade. Vale ressaltar que a exclusão acontece de diferentes formas, até mesmo dentro das escolas, quando o aluno especial se torna somente um espectador na sala de aula.

A proposta de inclusão propõe uma educação de qualidade para todos, independentemente das diferenças de cada um, na qual a coletividade deve ser trabalhada sem distinção de características, para que a exclusão deixe de fazer parte da sociedade. No entanto, para fomentar o plano da inclusão, é indispensável que ocorra formações para professores, acessibilidade na sala de aula, e diversificados recursos favoráveis que possa complementar para uma inclusão efetiva nas escolas.

Dessa forma, cabe aos poderes públicos possibilitarem melhorias para o campo educacional, onde se propaga que a educação é indispensável para todas as pessoas, porem para que tenha uma educação de qualidade é importante que todos contribuam pra que isso aconteça. Vale frisar que na ideia de inclusão dos alunos

com necessidades especiais, a escola deve se adaptar ao aluno, trazendo melhoria para que o mesmo tenha seu desenvolvimento, contrapondo que o aluno especial deve se adaptar a escola, pois esse processo ficou designado como a integração, na qual o aluno especial devia se adaptar de acordo com o que a escola propunha, sendo responsável pelo desenvolvimento próprio.

A educação inclusiva permeia nos alicerces de que, o cidadão tem os mesmos direitos e que deve usufruir de mesmas oportunidades, na qual para os alunos especiais devem ser traçados caminhos para que os mesmos possuam as mesmas garantias na sociedade, onde trabalhando com a diversidade de cada um contribuirá para a realização de uma sociedade democrática, onde qualquer pessoa independente de sua singularidade e peculiaridade deve ter espaço dentro da sociedade que está inserido.

De acordo com Sasaki (1997, p. 17), a base da educação inclusiva está no respeito à diversidade, na qual deve trabalhar a cidadania para as crianças, onde por meio da escola deve incentivar a “celebração das diferenças, direito de permanecer, valorização da diversidade humanitária, solidariedade humana, igual importância das minorias, cidadania com qualidade de vida”. Dessa forma, a educação inclusiva está presente ao nosso redor e deve ter um olhar a mais, para que os alunos especiais sintam-se realmente inseridos e incluídos dentro das escolas, para que possam desenvolver seus aprendizados corretamente.

A inclusão envolve dimensões sociais que está ligada diretamente ao campo educacional, sendo assim a educação é um dos pontos essenciais para a realização da inclusão, em que a educação de qualidade abre portas para uma sociedade justa e uma vida de qualidade. O caminho da inclusão vem sendo traçado ao longo dos tempos, no entanto, é um trabalho que é realizado continuamente.

Fávero (2011) entende que a escola, em uma concepção de educação inclusiva, deve procurar romper paradigmas e tradições onde as diferenças de cada um não se torne um empecilho. Esses paradigmas devem ser cessados com a ajuda de todos, na qual o professor é indispensável para esse rompimento, em que a verificação de sua forma de trabalho irá contribuir para a formação de cada aluno com necessidade educacional especial.

Conforme defendido por Oliveira (2018), a inclusão se efetiva por meio da participação de todos inseridos na sociedade principalmente por meio de ações, sendo a Declaração de Salamanca é um marco histórico para a inclusão escolar.

Esta Declaração foi um grande marco mundial, conforme já enfatizado, abriu portas para novos rumos da educação inclusiva, onde almeja que a inclusão tenha finalidades que supram as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais por meio de ações públicas e sociais em busca de uma aprendizagem inclusiva no campo educacional.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (BRASIL, 1994, p. 11).

Com base nessa afirmativa, o principal alvo é o alunado, onde é o sujeito que tem direito a estar em um espaço incluso, em que tem possibilidade e maneiras de adquirir uma educação de qualidade. Dessa forma, o ensino inclusivo tem ganhado avanços significativos diante a sociedade, assim o aluno com necessidades educacionais especiais abrange um diversificado público que tem por direito ser tratado dignamente dentro da sociedade, em que suas diferenças não podem ser tratadas como limitações de atividades nas escolas. Logo, cabe às diversas instituições de ensino procurarem métodos inclusivos que promova a aprendizagem igualitária entre todos.

A escola como percussora de uma educação inclusiva, que busca incluir o aluno no dia a dia, enfrenta distintos desafios nas mudanças, que “devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar” (ROPOLI et al, 2010, p. 10), para que assim busquem estratégias de sanar os impasses encontrados em receber um aluno com NEE's, pois trabalhar em conjunto é de grande importância para desenvolver a inclusão com qualidade no ambiente escolar.

Na presença de obstáculo ao receber o aluno com NEE's faz-se necessário desenvolver um trabalho com autonomia e compromisso por toda equipe escolar, acreditando no poder criativo e inovador dos que fazem e pensam a educação para assim possibilitar métodos de estratégias e trabalhem em conjunto com objetivos semelhantes para assim romper os desafios existentes na escola.

2 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E A ESCOLA

2.1 DEFICIÊNCIAS MAIS PRESENTES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A escola vem modificando as formas de transmitir a educação às pessoas que apresentam formas diferenciadas de adquirir seus conhecimentos. Diversos estudos na área educacional já provaram que as crianças com deficiência aprendem, porém com maneiras diferentes, e em seu determinado ritmo. Dessa forma, as crianças com necessidades educacionais não são incapazes, no entanto, necessitam de apoio especializado e materiais pedagógicos que auxiliam sua aprendizagem.

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular (BRASIL, 2010, p. 05).

No espaço escolar, constantemente são enfrentados desafios na aprendizagem dos alunos, na qual para um aluno ter seu sucesso educacional o mesmo precisa de determinados fatores para que auxilie no seu aprendizado. Juntamente com os alunos ditos “normais”, a escola oportuniza alunos com necessidades educacionais especiais a participar do contexto escolar, recebendo o direito à educação que é garantida por lei.

É previsto apoio no atendimento às necessidades educacionais especiais, especificamente, para o público como segue: altas habilidades/superdotação; surdez leve e moderada ou surdez severa e profunda; deficiência física; deficiência mental; deficiência múltipla; cegueira; baixa visão ou visão subnormal, surdocegueira; transtorno desintegrativo da infância, também indicados por médicos como TGD, transtornos globais do desenvolvimento; autismo; síndrome de Asperger (tipo qualificado de Autismo) e síndrome de RETT (OLIVEIRA, 2018, p. 41).

Nesse contexto, são diversificados os tipos de deficiências que um aluno pode apresentar no âmbito da inclusão escolar. Tendo foco que nenhuma pessoa deve ser excluída do ambiente escolar e ser tratada como inferior em consonância de sua deficiência, a escola em conjunto com o atendimento educacional

especializado nela fornecido, deverão apresentar subsídios favoráveis para o atendimento desses alunos, por meio de métodos diversos e alternativas com fins de oportunizar seu desenvolvimento.

Entre as deficiências mais comuns no âmbito escolar, encontra-se a **Deficiência Física (DF)**, que segundo o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 no artigo 5 diz que é uma:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

A Deficiência Física pode ser causada por meio de diversificados fatores, alguns são “aquelas decorrentes de desordens neuromotoras, como a Encefalopatia Crônica não Degenerativa, a Meningomielocle e lesões encefálicas adquiridas, como traumatismo Cranioencefálico” (BATTISTEL, 2012, p. 117). Observa-se que a DF pode ser provocada através de inúmeros aspectos, na qual pode ser adquirida antes do nascer, no momento do nascimento ou após. Nesse caso, o aluno com DF tem todo o direito de estar e permanecer no ambiente escolar usufruindo e compartilhando o conhecimento com todos.

No ambiente escolar, para que o alunado com Deficiência Física possa adquirir os conhecimentos escolares e comunicar-se é indispensável que tenha “as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança” (BERSCH; MACHADO, 2012, p. 27), ou seja, estar incluso no ambiente escolar não é o suficiente, faz-se necessário toda uma logística de recursos e materiais auxiliares para que aconteça a efetiva inclusão.

Outra deficiência bem comum apresentada pelos alunos que estão atualmente no espaço escolar sendo atendidos de forma complementar no AEE é a **Deficiência Intelectual (DI)** ou **Transtorno do Desenvolvimento Intelectual**, na qual “caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência” (APA, 2014, p. 31). Nesse aspecto, a deficiência intelectual é perceptível na vida acadêmica do aluno, já que o aluno

poderá apresentar dificuldades em desenvolver habilidades significativas para sua vida educacional, assim manifestando conflitos em algumas áreas, habilidades que necessita para sua vida educacional e social.

Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (APA, 2014, p. 31).

Nessa concepção, a deficiência intelectual dificultará a convivência do indivíduo com o meio e com as demais pessoas, no entanto, esses impasses não impedem o mesmo de frequentar um ambiente escolar, e adquirir oportunidades de aprendizado, pois sua deficiência que pode ser em determinadas áreas não impossibilitaram o mesmo a ter um percurso educacional e uma vida social em conjunto com a sociedade.

De acordo com Kirk e Gallagher (2000) *apud* Souza, Ribeiro e Braunstein (2014) a deficiência intelectual é causada pela infecção e intoxicação, influência no pré-natal, anomalia cromossômica ou genética, distúrbios de gestação e retardo decorrente de distúrbio psiquiátrico, trauma ou agente físico, metabolismo ou nutrição e doença cerebral grave.

A gravidade da deficiência intelectual está dividida em quatro níveis, sendo eles designados como Leve, Moderada, Grave e Profunda. Na qual, a gravidade da seguinte deficiência é definida através do funcionamento adaptativo do indivíduo. Sendo que esse funcionamento que vai designar o nível de apoio que a pessoa necessita. O diagnóstico da DI fundamenta-se em avaliação clínica e em testes padrões das funções adaptativa e intelectual, para sim poder ser identificado se o indivíduo apresenta deficiência intelectual. É importante salientar que a deficiência intelectual é causada por fatores genéticos e fisiológicos (APA, 2014).

Vale ressaltar que a escola sendo um espaço inclusivo, busca quebrar paradigmas da exclusão, e o aluno com **Deficiência Visual (DV)** também deve estar incluído no sistema escolar. A DV está caracterizada em diferentes formas, como:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os

olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, Art. 5).

Nessa abordagem, verifica-se que há diferentes tipos de Deficiência Visual, em que a mesma pode ser de um grau mais grave, no caso irreversível sendo a cegueira. A cegueira ainda traz como descrição que “é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 15).

A cegueira afeta a percepção nas cores das coisas, nos tamanhos, a distância entre as coisas vistas, em suas formas e nas posições. Esse tipo de deficiência tem como causa o fator congênito e o adquirido, em que o congênito pode ocorrer desde o nascimento da criança, e adquirido ocorre após o nascimento, através de razões orgânicas ou acidentais que pode acontecer ao longo da vida de cada indivíduo (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

A cegueira congênita é originada por enfermidades ou lesões, na qual algumas das causas mais comuns é a “retinopatia da prematuridade, a catarata, o glaucoma congênito e a atrofia do nervo óptico. Trata-se de uma condição orgânica limitante que interfere significativamente no desenvolvimento infantil” (SÁ; SIMÃO, 2010, p. 30).

A cegueira adventícia ou adquirida denota-se pela perda da visão sucedida durante a infância, adolescência, na fase adulta e na velhice. De acordo com Sá e Simão (2010, p. 31), “dentre as principais causas, destacam-se as doenças infecciosas, as enfermidades sistêmicas e os traumas oculares”, na qual resultarão na falta da visão. Enquanto que, a baixa visão tem como necessidade a aplicação de maneiras e meios favoráveis para esses alunos, e ainda utilizar os recursos que são acessíveis e específicos, para que então possibilite uma melhor condição de ensino e uma melhor qualidade da educação no ambiente escolar.

A baixa visão pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual [...]. Trata-se de um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, que não pode ser sanado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Algumas das enfermidades que causam baixa visão são a retinopatia da prematuridade, a retinocoroidite macular por toxoplasmose, o albinismo, a catarata congênita, a retinose pigmentar, a atrofia óptica e o glaucoma (DOMINGUES; CARVALHO; ARUDA, 2010, p. 08).

No caso do aluno com baixa visão, a partir de recursos pedagógicos (como o sistema Braille) poderá se desenvolver com eficiência e interagir com o mundo ao seu redor, mesmo que seja com algumas dificuldades. Entende-se, portanto, que o aluno com Deficiência Visual, tem derivadas possibilidades de inclusão e participação no ambiente escolar, tendo convivência e experiências com todos a sua volta.

Outra deficiência bastante comum no espaço escolar é a **Deficiência Auditiva (DA)**, que é a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2004, Art. 5). Algumas causas da Deficiência Auditiva ocorrem no período pré-natal e pós-natal.

Causas pré-natais: ocorrem antes do nascimento e podem ser ocasionadas por rubéola materna, hereditariedade, nascimento prematuro, incompatibilidade de Rh ou ter causa desconhecida. Causas pós-natais: ocorrem após o nascimento e podem ser ocasionadas por meningite, encefalite, acidentes, etc (SOUZA; RIBEIRO; BRAUNSTEIN, 2014, p. 50).

A deficiência auditiva é classificada em: audição normal sendo inferior a 20 dB; DA leve: entre 20 dB e 40 dB; DA média: audição entre 40 dB e 70 dB; DA severa: entre 70 dB e 90 dB; DA profunda: superior a 90 dB e a Cofose: que é a perda total da audição (SILVA, 2014). Nesse contexto, está integrada a pessoa com surdez, onde a criança surda tem direito a matricular-se na escola de ensino comum.

Diante do Decreto 5.626, de 2005, está determinado em Lei o direito à educação nas escolas comuns às pessoas com surdez e também explicita que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa devem ocorrer no espaço escolar, para que o discente com surdez possa se desenvolver num espaço bilíngue. Além disso, com a presença indispensável de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Quando a criança apresenta mais de um tipo de deficiência foi convencionada a denominação de **Deficiência Múltipla (DM)** que tem como propósito “caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social” (BRASIL, 2006, p. 11). Dessa forma, a deficiência múltipla tem como capacidade fazer com que a aprendizagem e autonomia do aluno fiquem prejudicadas, afetando o mesmo no convívio educacional e social no ambiente escolar. Nesse sentido, cabe a escolar em

parceria com todos buscarem meios para incluir o aluno com deficiência múltipla, já que o mesmo com anteriormente mencionado apresenta defasagem significativas para o desenvolvimento social, educacional.

Os alunos com deficiência múltipla podem apresentar alterações significativas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social. Possuem variadas potencialidades, possibilidades funcionais e necessidades concretas que necessitam ser compreendidas e consideradas. Apresentam, algumas vezes, interesses inusitados, diferentes níveis de motivação, formas incomuns de agir, comunicar e expressar suas necessidades, desejos e sentimentos (BRASIL, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, a inclusão desses alunos deve procurar meios que cesse as necessidades do aluno, na qual sua inclusão no ambiente escolar vai ser com dificuldades, no entanto, com a participação de todos os desafios podem ser superados trazendo inúmeras possibilidades para o aluno no ambiente escolar.

A deficiência múltipla pode acontecer em várias situações, algumas causas são durante o período pré-natal, ou durante o parto e ate mesmo após o nascimento, ainda pode ser causada por algumas doenças e acidentes, assim colaborando para o surgimento da deficiência múltipla (SILVA, 2011 *apud* ROCHA; PLETSCHE, 2015, p. 119).

A inclusão nas classes comuns também se dá a pessoas diagnosticadas com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)** ou **Autismo**, sendo definida por “déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social” (APA, 2014, p. 31), ou seja, as pessoas com TEA apresentam comportamentos diferenciados, uma vez que expressa comportamentos não verbais na comunicação no meio social, e ainda tem como dificuldade a interação social, com impasses para que desenvolva, mantenha e compreenda relacionamentos, quanto que para outra pessoa que não apresenta TEA, é algo totalmente comum e espontâneo no convívio entre pessoas.

O Autismo está incluso na categoria designada Transtorno do Neurodesenvolvimento na qual está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV). O transtorno do espectro autismo apresenta graus de gravidades divididos em três níveis, no grau leve designado como primeiro nível onde o indivíduo exige apoio; no grau moderado, intitulado como segundo nível na qual a pessoa exige apoio substancial; e no terceiro nível, denominado grau severo, em que o indivíduo exige apoio muito substancial (APA, 2014).

O TEA é considerado um transtorno que vai além da sua complexidade, distante de ser definido com exatidão, pois não existem meios pelos quais se possa testá-lo, muito menos medi-lo. Em outras palavras, as pesquisas realizadas atualmente estão distantes no sentido de apresentarem a “cura” para o autismo, acompanhando o indivíduo por todo seu ciclo vital (ONZI; GOMES, 2015, p. 189).

A etiologia do TEA ocorre por fatores ambientais, genéticos e fisiológicos. Na questão de fator ambiental ocorre por “uma gama de fatores de risco inespecíficos, como idade parental avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico, pode contribuir para o risco de transtorno do espectro autista” (APA, 2014, p. 56).

No que diz respeito à etiologia em relação aos fatores genéticos e fisiológicos a causa do TEA, “parecem estar associados a uma mutação genética conhecida, com diferentes variações no número de cópias de novo ou mutações de novo em genes específicos associados ao transtorno em diferentes famílias” (APA, 2014, p. 57). Observa-se que vários fatores contribuem para a aparição do Transtorno do Espectro Autista, no entanto, essas peculiaridades não impede o aluno de está incluso nas classes comuns, já que sua inserção a cada dia vem sendo um avanço e a escola passando por trajetórias de incluir toda e qualquer pessoa, independentemente de sua particularidade e tipo de deficiência.

A inclusão dos alunos com **Síndrome de Down (SD)** é algo comum no espaço escolar, visto que o mesmo possui direito de estar frequentando o sistema regular de ensino. “A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população” (BRASIL, 2012, p. 10).

A incidência da SD, segundo estudos, ocorre por um dos fatores mais recorrentes, que é a idade da mãe, visto que as mulheres nascem com uma quantidade de óvulos, entretanto, no decorrer de sua vida vão envelhecendo de acordo com que a mulher vai envelhecendo-se (SCHWARTZMAN, 1999 *apud* SILVA; DESSEN, 2002).

As crianças com Síndrome de Down apesar de possuírem alterações fenotípicas semelhantes como: aparência arredondada da cabeça, pálpebras estreitas e levemente oblíquas, boca pequena podendo-se projetar um pouco a língua, única prega palmar, pescoço curto, mãos e pés pequenos e grossos etc.; diferem entre si em aspectos gerais do desenvolvimento como: linguagem, motricidade, socialização e habilidades

da vida diária. Porém, comumente apresentam crescimento físico mais lento; maior tendência a aumento de peso; atraso no desenvolvimento motor devido à hipotonia nos primeiros meses de vida, ou seja, menor tonicidade nos músculos e atraso no desenvolvimento mental (CASTRO; PIMENTEL, 2009, p. 304).

Nessa abordagem, constata-se que a pessoa com Síndrome de Down dispõe de características fisiológicas peculiares, no entanto, esses fatores não impossibilitam a pessoa de estar no espaço escola e adquirir conhecimentos. Desse modo, entende-se que este indivíduo possui direitos de estar presente em ambientes educacionais regulares, usufruindo e compartilhando conhecimentos e adquirindo autonomia no seu dia a dia.

Considerando todos os aspectos mencionados sobre algumas deficiências mais presentes no contexto da inclusão escolar, denota-se que a escola apresenta uma vasta peculiaridade de indivíduo para indivíduo, em que a mesma possui uma diversidade no público atendido, com características e especificidade diferenciadas.

Portanto, cabe a escola buscar meios que inclua adequadamente todos ao seu redor, e exclua do ambiente escolar preconceitos e paradigmas relacionados à inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois a efetiva inclusão escolar com qualidade no ensino e aprendizagem desenvolvido só acontece com a participação de toda a comunidade escolar.

2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais além de acontecer na sala comum, ocorre no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O aluno com NEE's tem por direito receber uma educação diferenciada com recursos para que possa suprir as suas necessidades no aprendizado e autonomia no espaço escolar. Assim, o Atendimento Educacional Especializado surge como uma inovação para colaborar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 16).

Nessa abordagem, o AEE visa fomentar a educação e autonomia do educando. Assim, verifica-se que o atendimento não substitui o ensino comum, sendo apenas complemento na vida educacional e social dos alunos, na qual a participação do mesmo no AEE é de suma importância para o desenvolvimento integral do aluno.

O Atendimento Educacional Especializado está descrito na Resolução CNE/CEB Nº 04/2009, no artigo 4º que designa como público os alunos com deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades (BRASIL, 2009). Também no artigo 2º determina a função do AEE, como a de “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009). Visto isso, o AEE juntamente com o ensino comum deve estar interligados para propiciar uma melhor aprendizagem para o aluno com NEE.

Nessa perspectiva de Atendimento Educacional Especializado, a referida Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, destaca ainda como deve ser o ambiente de realização do atendimento.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, Art. 4º).

No contexto das ideias acima expostas, fica claro que o aluno incluso deve participar do atendimento educacional especializado no seu contra turno escolar, para que o mesmo possa estar inserido tanto no ensino comum como no AEE. Ainda é preferível que este atendimento “seja oferecido na própria escola, sempre que possível, pois essa oferta possibilita uma maior interlocução entre o professor do AEE e os professores do ensino comum” (TURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI, 2002, p. 44).

Em relação aos objetivos do AEE, foi estabelecido no Decreto nº 7.611/2011:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Assim, diante do que foi exposto o AEE tem papel de grande importância na vida do educando, na qual vai contribuir para o aprendizado em diferentes formas e contextos, propiciando uma melhor autonomia no ambiente social. A vista disso, “o professor do AEE trabalha com o intuito de eliminar barreiras de aprendizagem e assegurar as condições para a continuidade nos estudos desses alunos” (TURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI, 2002, p. 39).

Quanto ao perfil do profissional que deve trabalhar no AEE, cabe ressaltar que foi definido na Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, Art. 12). Com efeito, é de essencial importância que o professor tenha formação específica para trabalhar com aluno com o aluno que apresenta deficiências, e necessita de cuidados educacionais especializados, cabendo ao professor organizar e preparar meios inclusivos que contribua na vida do aluno, promovendo sua autonomia e crescimento educacional.

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos (ROPOLI *et al.*, 2010, p. 28).

Conforme ratificado pelos autores, o professor usufruindo de conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida acadêmica, deve criar subsídios para que possa intensificar a obtenção de conhecimentos sobre seu aluno, e assim usar técnicas de acordo com a necessidade de cada um. Além disso, o professor que faz parte do núcleo do Atendimento Educacional Especializado, é fundamental que esteja sempre aperfeiçoando-se em formações continuadas, ou em derivados cursos para

que venha a fortalecer no conhecimento do professor e auxiliar no trabalho profissional.

O professor responsável pelo AEE necessita sondar o aluno pra que conheça com que vai trabalhar, e assim analisar métodos de inseri-lo no espaço escolar fomentará a inclusão do aluno com necessidade educacional especial. Nessa acepção, diversas são as atribuições do professor do AEE de forma a promover a aprendizagem do aluno de forma efetiva.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Nesse aspecto das atribuições do professor do AEE, constata-se que a inclusão dos alunos com NEE's para ocorrer no AEE, o professor precisa está empenhado para propiciar um espaço inclusivo nas escolas fazendo com que o aluno sinta-se em um ambiente acolhedor. Dessa forma, a inclusão do aluno na escola na sala comum e no atendimento Educacional Especializado é de significativa também para tornar a sociedade mais inclusiva no cotidiano.

Dentre alguns recursos que podem ser utilizados no Atendimento Educacional Especializado, pode-se citar o Sistema Braille, o uso de recursos ópticos e não ópticos, LIBRAS, uso da comunicação alternativa e aumentativa, uso de Soroban, usabilidade e funcionalidade da informática acessível, a Língua Brasileira na modalidade escrita, atividades que envolvam autonomia no ambiente escolar, atividades que aprimorem o desenvolvimento dos processos mentais, uso de

técnicas que contribuam para a orientação e modalidade e elaborações de práticas pedagógicas para o enriquecimento curricular (TURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI, 2002).

Com tais recursos citados, o professor AEE pode criar estratégias de incluir os recursos de acordo com suas necessidades, para que com a utilização de derivados recursos o aluno poderá adquirir conhecimentos específicos e desenvolva algumas habilidades no ambiente escolar, além disso, estratégias de recursos que envolvam a acessibilidade do aluno no ambiente escolar vão ser de relevância na autonomia tanto na vida escolar do educando quanto na vida pessoal.

Verifica-se, portanto, que a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente escolar é algo necessário e evidente, necessitando da contribuição de todos para que aconteça de maneira satisfatória. O professor do AEE deve estar apto sobre quais atividades deve realizar com cada tipo de aluno e quais recursos serão mais adequados.

2.3 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: CURRÍCULO E ESPAÇO FÍSICO PARA OS ALUNOS COM NEE's

A inclusão dos alunos que apresentam necessidade educacional especial se dá em diferentes formas, desde sua participação na sala de aula comum ou no atendimento educacional especializado. A inclusão é a plena participação do indivíduo dentro do contexto social com direito de estar e permanecer no espaço educativo, com interações e colaborações com todos que estão ao seu redor. A inclusão é existente em pequenos e em grandes atos, e se desenvolve com a contribuição de todos a cada dia.

No contexto de educação inclusiva, para ocorrer à inclusão dos alunos é indispensável que exista a acessibilidade ao campo escolar. De acordo com o dicionário on-line (2019), acessibilidade significa qualidade do que é acessível, ou do que tem acesso. A partir dessa compreensão, recursos de aprendizagem além de outros fatores devem estar acessíveis aos estudantes com NEE's para que possam colaborar e intensificar a sua inclusão escolar.

A acessibilidade também está descrita na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 intitulada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que define acessibilidade, como a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, Art. 3º).

Assim, fica evidente que a acessibilidade efetiva-se em diferentes aspectos, e cabe à sociedade se adaptar para promover a acessibilidade para a pessoa com deficiência, com o objetivo de a mesma adquirir autonomia e segurança no seu dia a dia. Muitas vezes, o ato de incluir o aluno com deficiência leva em conta o acesso e a disponibilidade de espaços físicos adequados, pois, a acessibilidade é um aspecto de inclusão (MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2011).

Na perspectiva da educação inclusiva, “a escola deve ser um local acessível, diversificado e individualizado, onde os alunos possam expressar sua individualidade e diferença e serem correspondidos” (LEITE; BORELLI; MARTINS, 2013, p. 66). Para promover a acessibilidade deve-se quebrar todas as barreiras que existe para propiciar o acesso aos espaços educativos.

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004, Art. 24).

Os requisitos de acesso e permanência dos alunos no ambiente escolar devem ocorrer em todos os estabelecimentos de ensino, seja qual for etapa, nível, modalidade, público e privado. Assim, a acessibilidade deve existir em todos os ambientes que fazem parte da escola, como por exemplo, existe necessidade de capacitação de toda a comunidade escolar na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A acessibilidade escolar passa também pela necessidade de comunicação e sinalização acessíveis a todos os alunos com deficiência. Para contribuir para a direção do aluno com DV no ambiente escolar deve haver a sinalização e comunicação em toda escola, apresentando letras alto relevo, em Braille e em derivados símbolos para auxiliar na percepção dos alunos. Ainda em relação ao aluno com DV, o espaço físico deve ser com piso tátil, rampas e demais adaptações de acessibilidade (DURAM; PRADO, 2006).

No espaço físico escolar, é importante salientar que haja sanitários acessíveis por pavimentação, com barras de apoio e lavatório, os quais devem estar estrategicamente localizados e com sinalizações para serviço de todos. As escolas devem fornecer mobiliário, equipamentos e dispositivos para que se tenha acesso às atividades escolares em igualdade de condições entre todos (DURAN; PRADO, 2006).

No meio educacional, os alunos com necessidades educacionais especiais enfrentam impasses em questão da acessibilidade na escola, conforme Manzini (2008, p. 286), “é necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos”. Considerando esses aspectos, para ocorrer de fato à inclusão é indispensável que tenha acessibilidade no espaço físico escolar, para que o aluno com deficiência esteja incluso na escola e conviva com autonomia e segurança. No que tange ao transporte coletivo no ambiente escolar, é preciso que seja acessível a todos, a fim de que seja capaz de integrar e fornecer utilidade para as pessoas com necessidades especiais.

O currículo no contexto voltado para acessibilidade necessita levar em conta a diversidade de alunos que é recebida na escola com variados tipos de conhecimentos, características, fenômenos e diversos modos de aprender. Assim, a adaptação curricular exerce um papel importante relacionado à inclusão, já que precisa integrar não só o aluno com NEE's, mas todos os alunos que fazem parte do sistema escolar. Dessa forma, criou-se o termo adaptação curricular na qual visa fomentar a educação do aluno de acordo com a necessidade educacional, a partir de “um plano de ensino que respeite as diferenças acadêmicas e os ritmos de aprendizagem de todos alunos” (LEITE; BORELLI; MARTINS, 2013, p. 67).

Nessa acepção, a acessibilidade escolar implica também fatores políticos-administrativo e pedagógico. Um desses fatores é o currículo, que em seus meios emprega adaptações curriculares com plano de promover uma escola para todos, o que segundo González (2002) *apud* Leite, Borelli e Martins (2013, p. 67) as adaptações curriculares,

[...] relacionam-se com afirmações conceituais que fundamentam a necessidade de um currículo comum, geral, como resposta curricular à diversidade e respeito às diferenças individuais. Essas adaptações podem ser consideradas como a resposta adequada ao conceito de necessidades educativas especiais e ao reconhecimento, numa sociedade democrática,

dos princípios de igualdade e diversidade. Se ponto de partida [...] encontra-se num único âmbito curricular: o currículo comum a todos os alunos. Currículo no qual a intervenção educativa deixa de estar centrada nas diferenças para se radicar na capacidade de aprendizagem do aluno integrado a partir de suas características individuais, bem como na capacidade das instituições educativas para responder às necessidades dos alunos.

O currículo na qual vai direcionar os trabalhos dos profissionais educacionais têm necessidade de complementar a inserção do aluno com deficiência, na qual o currículo deve ser inclusivo para todas as pessoas, não desfavorecendo quem tem possibilidades de aprendizado diferenciado. Partindo desse pressuposto, é de relevância que aconteça adaptações curriculares para suprir as necessidades peculiares de cada um, e assim fornecer que o acesso ao conhecimento seja acessível a todos, para que ocorra o aprendizado dos estudantes.

Desta maneira, “as adequações no currículo podem ser entendidas como estratégia didático-pedagógica que contemple a diversidade em questão e seja capaz de oferecer respostas educativas aos alunos com deficiência” (LEITE; BORELLI; MARTINS, p. 67). Por meio das adaptações curriculares, a escola proporcionará o direito a diversidade, com a consciência das peculiaridades de cada pessoa para que possam expor sua proficiência dos conhecimentos diante a escola.

Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 2001, Art. 17).

Dentro desta ótica, no ambiente escolar para se tornar um espaço inclusivo que abrange derivadas tipos de pessoas, necessita de mecanismos para efetivar a inclusão, ainda é importante que a mesma seja flexível, para que assim possa realizar ações no decorrer do ensino para que incremente o trabalho docente e facilite a aprendizagem de todos.

As adaptações curriculares podem surgir de duas formas, como Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) e Adaptações Curriculares de Grande Porte (Adaptações Significativas). As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são modificações realizadas no currículo pelo

professor, com o propósito de propiciar ao aluno com necessidades educacionais especiais condições de produtividade de ensino e aprendizagem (ARANHA, 2000).

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte podem ser realizadas em várias áreas e momentos da atuação do professor isto é, “na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade” (ARANHA, 2000, p. 09). Desse modo, o professor poder realizar adaptações curriculares em diversificados aspectos no dia a dia do decorrer do ano letivo, na qual o professor necessita ser flexível no seu dia, onde é necessário ocorrer a mudanças de metodologia e procurar sempre novas estratégias para que o aluno incluso possa adquirir conhecimentos na sala de aula.

É importante salientar que as adaptações curriculares tanto de pequeno porte quanto a de grande porte se dão através de categorias, que são: adaptação de objetivos, adaptação de conteúdos, adaptações do método de ensino e da organização didática e por último, a adaptação do processo de avaliação. Relacionado às adaptações de pequeno porte, as adaptações de conteúdo dizem respeito aos ajustes que o professor pode realizar nos objetivos pedagógicos referentes ao plano de ensino, afim de que seja apropriada às característica e condições dos alunos com NEE's (ARANHA, 2000).

Ainda segundo Aranha (2000), no que tange às adaptações do método de ensino, o professor deve adaptar seus métodos de ensino de acordo com a necessidade do aluno dentro dessa perspectiva a adaptação encontra-se na criação de estratégias como meio para responder as características necessidades de cada aluno. No que se refere a adaptação de objetivos, refere-se às mudanças que o próprio professor pode realizar nos objetivos pedagógicos situados no plano de ensino. Com efeito, o professor deve dar prioridade a determinados objetivos, dando grau de prioridade e relevância, para que o mesmo possa atender determinada necessidade do aluno, assim atendendo sua peculiaridade.

Faz parte adaptação no método de ensino, a adaptação de materiais utilizados, na qual o professor pode fazer modificações na seleção de materiais. Ainda é notório afirmar que as ações pedagógicas devem estar de acordo com o processo de aprendizagem do aluno. Aranha (2000) dá ênfase na adaptação do processo de avaliação, através de alterações de técnicas e instrumentos utilizados. Por meio dessa categoria, o professor utilizará diversos procedimentos de avaliação,

para que esteja adaptado para as diferenciadas maneiras e capacidades de expressão do público atendido.

Ainda relacionado à adaptação curricular de pequeno porte, fica identificado a última categoria intitulada como adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, em que o professor vai aumentar ou diminuir o determinado tempo para a realização de objetivos e consecutivos conteúdos.

No que diz respeito a Adaptações curriculares de grande porte, as adaptações significativas “são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc.” (ARANHA, 2000, p. 09). Nesse viés, entende-se que essas adaptações vão além das adaptações do professor dentro da sala de aula, pois é de responsabilidade de órgãos superiores da administração educacional pública.

As adaptações curriculares de grande porte dividem-se nas categorias: adaptações de acesso ao currículo, adaptação de objetivos, adaptação de conteúdos, adaptação do método de ensino e da organização didática, adaptação de sistema de avaliação e por fim adaptação de temporalidade.

As adaptações de acesso ao currículo são de responsabilidade do âmbito político-administrativo, em que tem como atribuições criar condições físicas, ambientes e materiais para o discente, dessa forma, deve criar adaptações para o aluno com NEE's no ambiente físico, e possibilitar ao aluno mobiliário, equipamentos e recursos materiais específicos que supra sua necessidade. Faz parte ainda da adaptação de acesso ao currículo, à capacitação continuada dos professores e todos aqueles que permeiam a educação, para que possa incluir e entender melhor o aluno com NEE's (ARANHA, 2000).

Em conformidade com a autora, a adaptação de objetivos se refere “à possibilidade de se eliminarem objetivos básicos, ou de se introduzirem objetivos específicos, complementares e/ou alternativos” (ARANHA, 2000, p. 16). Na adaptação de conteúdos, sendo eles específicos ou os complementares, o professor pode ser capaz de trabalhar um plano de ensino básico para sua classe, no entanto com o mesmo modificado para poder atender as necessidades especiais do aluno.

As adaptações curriculares possuem outra categoria que é a adaptação de método de ensino e organização didática, na qual nessas categorias será capaz de surgir a organização diversificada da sala de aula, observando o número máximo de

alunos que uma sala de aula deve conter, sendo uma ação política-administrativa, que segundo a autora o número de 30 alunos possibilita um bom trabalho de ensino, no entanto, com no máximo 2 alunos com deficiência (ARANHA, 2000).

Faz parte das adaptações curriculares de grande porte, a definição ordenada com atividade cooperativa entre os docentes da sala regular e da especial. Dessa forma, os professores do ensino regular juntamente com o do AEE e outros de apoio devem agir cooperativamente durante todo o processo educacional do aluno com deficiência. Para essa tomada de consciência é necessário que o modelo escolhido para a escola proporcione aos alunos uma convivência comum, saudável, respeitosa, e de boa qualidade nos aspectos humanos, marais e sociais.

Outra categoria é a adaptação de sistema de avaliação que se dá de forma contínua no decorrer da vida escolar do aluno, sendo o objetivo da avaliação de mostrar conteúdos ou procedimentos que ainda não foram aprendidos pelo aluno, que devem ser recuperados no processo educacional.

A última categoria da adaptação curricular de grande porte se refere às adaptações da temporalidade, na qual fica designado como o tempo que o aluno vai permanecer em uma determinada série. Nesse caso, o aluno com NEE's necessita de um Plano Individualizado de Ensino, o qual deve ser criado com ajuda do AEE quando o aluno com NEE's ingressa no ambiente escolar. Este plano tem como finalidade ser um norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno.

Considerando todos os aspectos mencionados sobre as adaptações curriculares para os alunos com NEE's, seja de pequeno ou grande porte, é notório destacar a pertinência deles para a efetiva inclusão do aluno no ambiente educacional.

2.4 PAPEL DO PROFESSOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A inclusão no ambiente escolar necessita de apoio de todos que fazem parte do contexto educacional. Um dos agentes primordiais no processo de inclusão do aluno com NEE's é o professor, na qual vai está presente em toda vida educacional do aluno. O professor em seu processo educacional necessita criar meios inclusivos no ambiente escolar, como anteriormente mencionado, podendo criar adaptações

curriculares de pequeno porte, para que ocorram possibilidades diferenciadas de aprendizagem.

Entretanto, na atualidade, evidencia-se inúmeros desafios que se apresentam aos professores no processo de inclusão escolar. Este profissional como mediador do conhecimento precisa sempre estar em busca de informação e qualificação para trabalhar na sala de aula, e propiciar um ensino de acordo com a necessidade de cada aluno.

A LDB, artigo 59, inciso III, estipula que o sistema de ensino deve assegurar aos alunos com NEE's "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996). Nesse aspecto, os professores devem propiciar um espaço inclusivo para o aluno com necessidades educacionais especiais, dando ênfase na diversidade e peculiaridade de cada um, ressaltando que todos têm os mesmos direitos de estar e permanecer na sociedade.

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re) pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro (ROCHA, 2000, p. 02).

Nesse contexto, a formação continuada para os professores é um dos mecanismos essenciais para os mesmos, já que a formação é relevante para o trabalho docente no dia a dia, em que com formações continuadas o professor pode estar se atualizando sobre como incluir o aluno no ambiente escolar e partilhar com outros professores suas dúvidas e ações para promover a inclusão.

Os professores que atuam no processo de inclusão escolar, seja professor da sala comum, itinerante, de apoio ou professor do AEE, necessitam trabalhar unidos, para que desenvolvam um melhor trabalho com o aluno com necessidades educacionais especiais. Dentro desta ótica, "o professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas [...] quebrando as barreiras que se impõem" (ROCHA, 2000, p. 06).

A escola para se tornar um espaço inclusivo, adequações e atitudes diferenciadas devem ser levantadas e praticadas. Dentre elas, o conjunto de educadores envolvidos no processo de inclusão oportunizarão não somente uma

escola inclusiva, com princípio da diversidade e peculiaridade em diferentes tipos de alunos, mas uma sociedade inclusiva, que permite o aluno a estar incluído no contexto social.

Precisamos de uma formação problematizadora, que nos coloque a par dos desafios a serem enfrentados em sala de aula, que nos faça refletir sobre a heterogeneidade presente dentro das escolas de educação básica [...] e, ainda, na necessidade que temos de flexibilizar e construir “pontes” para que esses conhecimentos sejam apropriados por alunos com ou sem necessidades educacionais especiais (VIEIRA, 2008 *apud* AMORIM; ARAÚJO, 2016, p. 127).

No entanto, para incluir o aluno no ambiente escolar, é necessário que o professor esteja preparado. À vista disso, Rocha (2000) afirma que, a educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois o professor deve mudar suas práticas educacionais, suas estratégias dentro da sala de aula, sua política e o modo de ver o aluno com necessidades educacionais especiais, a fim de que o mesmo tenha condições de estar presente no ambiente escolar.

No ambiente escolar, onde tem diversificados tipos de alunos, o professor da classe comum “[...] deve assumir a responsabilidade pela educação de todos os seus alunos, tentando todas as estratégias de ensino necessárias e possíveis antes de enviar qualquer aluno para um programa mais segregado de ensino especial” (MENDES, 2002 *apud* PINOLA; PRETTE, 2014, p. 347). Nesse aspecto, o professor deve buscar parcerias entre todos, principalmente com o professor do AEE e o professor itinerante.

Um dos serviços de apoio pedagógico especializado na qual acontece no ambiente escolar serviço de itinerância, realizados pelos professores chamados itinerantes, onde é desempenhado por professores especializados, na qual trabalham com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

O professor itinerante ou chamado de professor de apoio necessita está em parceria com o professor na classe comum, com o intuito de favorecer no desenvolvimento do aluno com NEE's, no entanto, o professor de apoio não deve assumir o papel de professor principal do aluno, pois apenas um professor auxiliar que vai colaborar no aprendizado criando estratégias inclusivas para o aluno e promover adequações pedagógicas para seu desenvolvimento (SOUZA; VALENTE; PANNUTI, 2015).

Dessa forma, o professor vai ser um mediador do conhecimento dos conteúdos para o aluno, na qual vai procurar meios para que o aluno com NEE's adquira o conhecimento e assuntos que o professor regente está passando para a turma, assim, o professor de apoio deve sempre estar procurando se atualizar e conhecer os conteúdos, para poder criar e realizar estratégias e métodos mais adequados para o aluno.

O professor regente ainda deve trabalhar em conjunto com o profissional de apoio que está presente na escola cuidando do aluno com NEE's, que de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no artigo 3, inciso XIII, esclarece o perfil deste profissional:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, o profissional de apoio vai ter contato direto com o aluno, o mesmo tem tarefa de grande importância para a inclusão do aluno. Deve estar atento às necessidades do aluno, e tem papel de grande importância na vida escolar do aluno, pois vai cuidar da integridade do aluno e saúde do mesmo no período escolar.

O professor do atendimento educacional especializado, o professor de apoio, o professor da classe comum e o profissional de apoio devem trabalhar em conjunto, com o objetivo de promover ações inclusivas para o aluno. Nas escolas, entre os professores do ensino comum e do ensino especial devem trabalhar no modelo de ensino colaborativo, definido por Mendes (2006) *apud* Guélhiri, Lessa e Fantacini (2018, p. 98), como

[...] um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais, e especificamente para responder as demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Nessa vertente, esse modelo de ensino colaborativo visa que todos os envolvidos no processo de crescimento e inclusão do aluno com NEE's se tornem responsáveis por tal ação. Nesse sentido, o ensino colaborativo se dá pela colaboração entre os professores da classe comum e os professores da educação especial. Ademais, o ensino colaborativo é “estratégia essencial para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, pois leva como requisito o trabalho conjunto do professor da educação regular e o professor do ensino especial” (GUÉLHIRI; LESSA; FANTACINI, 2018, p. 98).

Entende-se, portanto, a necessidade da parceria como essencial nesse processo, na qual o professor da classe comum propicia o conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem e o professor da educação especial contribui em parceria de modo a flexibilizar e adaptar o ensino.

Nesse viés, é necessário modificar o contexto escolar e criar no ambiente escolar, um espaço que seja voltado para os professores, com o intuito dos mesmos tenha contato com seus companheiros do trabalho, principalmente os professores da educação especial. É uma forma de compartilharem ideias e experiências em relação ao processo de inclusão na escola, práticas educacionais que deram certo ou fracassaram com o aluno com NEE's, com o intuito de colaborarem uns com os outros para incluir o aluno no espaço escolar com adequações, estratégias, métodos que intensifique a diversidade e respeite o desenvolvimento de cada um conforme suas capacidades (DUEK, 2007).

Levando em conta todas as informações mencionadas sobre os professores, é notório reafirmar que, independente da função, todos devem estar comprometidos no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais. Desse modo, diante dos desafios encontrados no cotidiano escolar, precisam estar informados de como trabalhar com o mesmo, pois um trabalho só se desenvolve adequadamente quando todos tem um único propósito, que é incluir o aluno o mais comum possível para que o mesmo se sinta confortável e aceito no ambiente inserido.

3 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DE CÉSAR ALMEIDA, DISTRITO DE MORAES ALMEIDA, ITAITUBA-PA

3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho fundamentou-se na pesquisa qualitativa, visto que foi realizada uma análise afim de melhor compreender o assunto abordado, buscando adquirir diversificadas informações que puderam ampliar o conhecimento sobre o a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Conforme dias e silva (2010, p. 46), A pesquisa qualitativa envolve o uso de dados qualitativos obtidos em questionários, documentos e observações com vistas à compreensão dos fenômenos, sendo “encontradas em muitas disciplinas e campos, usando uma variedade de enfoques, métodos e técnicas”.

Desse modo, este estudo está alicerçado em pesquisa bibliográfica, uma vez que se apoia em autores que norteiam a temática em estudo, sendo que a pesquisa bibliográfica teve embasamento nos autores Sampaio e Sampaio (2009), Silva (2012), Oliveira (2018), Aranha (2000), Rocha (2000), dentre outros.

Para a realização da coleta de dados foi aplicado um questionário com 7 questões relacionadas à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, sendo aplicado aos pais com o objetivo de conhecer mais sobre o posicionamento em relação à inclusão de seus filhos, e aos gestores, professores e cuidadoras dos alunos enfatizando se a escola está preparada para receber este público que necessita de atenção mais especializada. Totalizou-se um quantitativo de 17 (dezessete) participantes desta pesquisa realizada durante o mês de novembro de 2019, conforme quadro 1.

Quadro 1. Perfis dos participantes da pesquisa. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Nível de formação	Tempo de convívio na comunidade escolar
Pais e Responsáveis	PR₁	Ensino fundamental completo	4 anos
	PR₂	Ensino médio completo	3 anos
	PR₃	Ensino médio incompleto	3 anos
	PR₄	Ensino médio	1 ano
Cuidadoras	C₁	Estudante de Pedagogia	8 meses
	C₂	Estudante de Pedagogia	1 ano

Professores	P₁	Licenciada em Pedagogia	5 anos
	P₂	Licenciada em Pedagogia	20 anos
	P₃	Licenciada em Pedagogia	6 anos
	P₄	Licenciada em Pedagogia e cursando Neuropsicopedagogia	1 anos
	P₅	Licenciado em Letras com pós-graduado	6 anos
	P₆	Licenciada em Pedagogia	2 meses
	P₇	Licenciada em Pedagogia	3 anos
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	Licenciada em Letras com pós-graduação	10 anos
	Vice-diretora	Licenciada em Pedagogia	5 anos
	Técnico Educacional	Licenciado em Pedagogia com especialização em supervisão e orientação	7 anos
Professora do AEE	P_{AEE}	Licenciada em Pedagogia e especializada em Educação Especial e Inclusiva	1 ano

Observa-se que a pesquisa contou com a participação de 07 professores, 04 pais/responsáveis e 02 cuidadoras de alunos com NEE's (alunos esses que são matriculados e estudam regularmente no ensino fundamental menor), 02 gestores, 01 técnico educacional e 01 professora que atua na sala do AEE – Atendimento Educacional Especializado. Os professores na qual foi destinado à pesquisa, a maioria possui formação em pedagogia, ainda é importante salientar que os docentes possuem tempo significativo no percurso educacional na comunidade escolar, na qual já tem experiências com alunos com necessidades educacionais especiais.

Esse estudo traz oportunidades de reflexão para todos que trabalham com alunos que apresentam uma necessidade educacional especial no ambiente escolar, de modo a promover a sensibilização com vistas à inclusão com qualidade desse aluno no espaço escolar.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental César Almeida está localizada às margens da BR 163, KM 1185, Distrito de Moraes Almeida, Itaituba, estado do Pará. Foi fundada no dia 30 de março de 1986, com o nome de Escola Municipal de 1º Grau Tancredo Neves. Em 1987, houve a mudança do nome para Escola Municipal de Ensino Fundamental César Almeida, pois os moradores da época queriam

homenagear o nome dos seus avós que no passado foram grandes colonizadores de outras cidades no estado de São Paulo e Paraná.

Na época, a escola funcionava com uma clientela de 30 alunos aproximadamente e atualmente conta com 1.350 alunos participando das atividades escolares, sendo 24 alunos com necessidades educacionais especiais. Possui um quadro de 66 funcionários, sendo distribuídos: 01 Diretora: Lucinéia Deina Thies, 02 vice-diretoras: Rosana Fatima Leite e Maria Madalena dos Santos Costa, 01 secretária: Renata de Azevedo dos Santos, 01 Técnico Educacional: Emerson Emílio Lameira Severino, 42 professores, 03 aux. de secretaria, 02 merendeiras, 06 Auxiliares de serviços gerais, 02 vigias noturnos, 02 vigias diurno, 01 motorista ônibus, 01 monitora, 03 cuidadoras, 03 assistentes de alfabetização.

Em relação à estrutura física da EMEF César Almeida, o prédio é de alvenaria, na qual a escola dispõe de 19 salas de aula, 01 sala de AEE, 01 auditório, 05 banheiros masculino, 05 banheiro feminino, 01 banheiro para funcionário, 01 secretaria, 01 refeitório, 01 cozinha, 01 sala de professores, 01 sala de direção, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 biblioteca, 01 sala de leitura, 01 laboratório e 01 quadra poliesportiva. Pelas figuras 1 e 2 é possível conhecer a frente da escola pesquisada.



Figura 1. Frente da EMEF César Almeida.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Figura 2. Entrada da EMEF César Almeida.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Esta Unidade Escolar começou a incluir o aluno com necessidades educacionais especiais no ano de 2014, no entanto, a escola não possuía uma sala adequada para o funcionamento do AEE. Dessa forma, incluir o aluno no atendimento educacional especializado não era uma tarefa fácil, já que a escola não fornecia de uma sala apropriada para atender os alunos com alguma especificidade.

Além disso, a sala na qual funcionava o AEE não possuía recursos necessários para a realização de aulas diversas, com materiais que os alunos pudessem utilizar para seu desenvolvimento cognitivo e pessoal.

A primeira professora do AEE, Kely Cristina Porto não possuía a qualificação necessária para trabalhar com alunos inclusos no atendimento educacional especializado, apesar disso, com a necessidade de um profissional para trabalhar na escola nesse ambiente, a mesma foi designada a ocupar esse cargo. Com a chegada de novos alunos com NEE's e os diferentes tipos de limitações em cada um deles, no ano de 2016, a escola necessitou do primeiro professor itinerante, para aluna que possuía deficiência múltipla. Este professor não possuía uma qualificação necessária para atender a aluna, no entanto, procurou diversas maneiras de ensiná-la no espaço escolar promovendo para a aluna um espaço inclusivo.

Com a inclusão do aluno com NEE's na escola César Almeida, no ano de 2017 chegou o primeiro aluno com Síndrome de Down que precisaria de um cuidador infantil, sendo um profissional fundamental na vida escolar e pessoal do aluno, pois o cuidador infantil tem como função cuidar da saúde, higiene, ajudar em tarefas escolares enquanto o aluno está presente na escola.

A EMEF César Almeida, enquanto um espaço inclusivo para o aluno com necessidades educacionais especiais, em decorrência da necessidade de um espaço amplo para suprir a grande quantidade de alunos que estavam sendo matriculados na escola, em 2017 foi inaugurada a primeira sala de Atendimento Educacional Especializado, único polo do Distrito de Moraes Almeida. No quadro 2 pode-se conhecer o quantitativo de 24 alunos e as deficiências atendidas nesta unidade escolar.

Quadro 2. Tipos de deficiências que são atendidas na EMEF César Almeida. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Deficiências Atendidas	Quantidade de alunos
Deficiência visual	3
Deficiência física	2
Autismo	3
Deficiência Múltipla	1
Deficiência auditiva	1
Deficiência intelectual	12
Síndrome de Down	2
TOTAL	24

É importante salientar que o atendimento é realizado além dos alunos matriculados na escola César Almeida para os alunos de outra escola que necessitam frequentar o atendimento educacional especializado para a seu desenvolvimento educacional. As figuras 3 e 4 trazem a frente da Sala de AEE da escola pesquisada.



Figura 3. Entrada sala do AEE.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Figura 4. Sala do AEE. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na atualidade, a sala do AEE conta com um espaço adequado, porém com a grande demanda de alunos onde requer um espaço maior. A sala oferece recursos aos alunos, como diversificados jogos pedagógicos inclusivos para os alunos que possuem alguma necessidade educacional especial nas áreas específicas. Possui banheiro adaptado para atender o aluno com deficiência. A escola recebeu a doação de variados jogos pedagógicos, doados pelos comerciantes parceiros. Visto a isso, observa-se que a inclusão é vista como algo importante, sendo que através e doações realizados para o atendimento educacional especializado, nota-se que a inclusão escolar não é desconhecida pelos moradores do distrito de Moraes Almeida.

A Escola César Almeida, preocupa-se coma formação de cidadãos críticos, conscientes e compromissados com os valores éticos e morais, capazes de construir um ambiente criativo, inovador, inclusivo e de respeito ao próximo. Na figura 5 pode-se observar a estrutura da sala do AEE com seus recursos.



Figura 5. Estrutura da Sala do AEE. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A escola tem como missão contribuir para a constante melhoria das condições educacionais da população, visando assegurar uma educação de excelência aos nossos alunos, formando cidadãos críticos e conscientes, capazes de construir um ambiente diversificado, inovador e de respeito ao próximo.

3.3 A INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE

É notório no campo da educação o significado de oportunizar à comunidade escolar a expressão de suas percepções, seus desafios, anseios e perspectivas a respeito do processo de inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais na EMEF César Almeida, distrito de Moraes Almeida. Para tanto, foi aplicado um formulário com questões semiestruturadas com mediação da pesquisadora de modo a garantir transparência e que a conversa pudesse ter fluência para o alcance dos objetivos. Como já assinalado, os participantes dessa pesquisa são: quatro pais/responsáveis, sete professores, dois cuidadores, a equipe diretiva da escola, sendo eles duas vice-diretoras e um técnico educacional e uma professora do Atendimento Educacional Especializado.

À vista disso, a primeira pergunta contextualizou os participantes sobre a inclusão escolar que para acontecer com qualidade pressupõe um quadro de profissionais competentes e envolvidos, e acima de tudo um espaço em que se reconheça e respeite as diferenças individuais de cada aluno. Nesse sentido, questiona: **Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos com**

NEE's nesta Escola? As respostas dos membros da comunidade escolar estão descritas no quadro 3.

Quadro 3. Processo de inclusão nesta escola. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR₁	<i>“Está tendo um bom desenvolvimento. Não é perfeito, mas a escola tenta melhorar a cada dia. Necessita de mais formações para os professores para que possam melhorar no seu trabalho”.</i>
	PR₂	<i>“Precisa melhorar, meu filho a sala de aula senta no fundo da sala com a cuidadora. Acho que ele não interage com os outros, o caderno dele não tem tarefa, ele não fala, tudo que pega joga, mas os professores têm que procurar um jeito pra que ele se desenvolva, não vi nem uma mudança nele”.</i>
	PR₃	<i>“Péssimo, porque a escola precisa procurar meios de incluir todos os alunos, pois vejo que tem alunos que são excluídos. Pois tem alunos que não estão tendo um acompanhamento necessário”.</i>
	PR₄	<i>“Morava em Itaituba, estou recente aqui em Moraes, minha filha estuda o 4º ano. A inclusão dela na escola precisa melhorar, os professores precisam saber que ela não tem a mesma rapidez que os outros alunos, por conta da deficiência. A escola tem que melhorar na inclusão e trazer professores mais qualificados”.</i>
Cuidadoras	C₁	<i>“O processo de inclusão dos alunos nessa escola é bom, porém as vezes deixa a desejar referente talvez a falta de conhecimento ao referente aluno, ou até mesmo formações, mas no modo geral, as crianças são bem aceitas no ambiente escolar”.</i>
	C₂	<i>“A escola conta com profissionais competentes com o objetivo de ajudar os alunos se socializarem umas com as outras ajudando também nos processos de aprendizagem”.</i>
Professores	P₁	<i>“O processo tem sido de grande evolução, os profissionais sempre fazem ao seu alcance. A inclusão tem se mostrado satisfatória na parte dos outros alunos, a aceitação tem sido muito boa”.</i>
	P₂	<i>“A inclusão dos alunos desta escola na minha opinião os profissionais são competentes e tanto na sala de aula normal quanto a sala de recurso assume seu papel na medida da competência de cada profissional”</i>
	P₃	<i>“Os alunos são bem aceitos na escola pelos outros colegas”</i>
	P₄	<i>“O processo de inclusão é bem aceito, por que todos são bem tratados com respeito e aceitos sem nenhum preconceito. Na instituição de ensino já tem algumas adaptações, embora sabendo que não é o suficiente. Mas à vista de outros lugares já estamos avançando. No quadro profissional sabemos que também ainda não é suficiente para uma escola desse porte. Dificultando assim o trabalho da coordenadora e das cuidadoras as quais precisam de muita ajuda, no sentido de cursos e recursos para cuidar melhor de seus alunados nas suas especificidades de apoio”.</i>
	P₅	<i>“Descreve-se uma escola que se prepare para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais”.</i>
	P₆	<i>“Primeiramente ter um ambiente que possa atender o aluno promover interação entre a turma e o aluno para que torne lugar prazeroso de o aluno e adaptar as atividades necessárias, porém coma mesma proposta curricular”.</i>

	P₇	<i>“A escola não deixa de atender as crianças, mas precisa de materiais pedagógicos, mais profissionais nessa área, professores qualificados”.</i>
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>“A escola tem caminhado rumo a inclusão e embora deixe a desejar na acessibilidade e em recursos que busque desenvolver cada um em sua especificidade tem buscado dentro dos recursos disponíveis atender a cada um da melhor forma”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Oferece uma educação inclusiva e aprendizado de qualidade, preparando-os para o exercício da cidadania e convívio na sociedade”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“De extrema importância, hoje isto que temos uma clientela bem significativa. Com isso o papel da escola e professor na vida destes alunos fará total diferença na formação intelectual, física na vida destes”.</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>“Vejo de forma positiva, a escola está de portas abertas para recebê-los, tem uma sala de recursos para atendê-los e procuramos fazer um trabalho em parceria com a família e comunidade”.</i>

Em virtude da resposta dos participantes da pesquisa, nota-se que a escola está caminhando para um espaço inclusivo, na qual a mesma tem uma quantidade relevante de alunos com necessidades educacionais especiais frequentando o ambiente escolar. Dessa forma, dentre a resposta dos participantes da pesquisa, foi notório perceber que os alunos com NEE's são bem aceitos na comunidade escolar, segundo os professores da instituição de ensino.

Entretanto, a escola, de acordo com os pais necessita avançar perante a inclusão, sendo que em alguns pontos não está sendo satisfatório para os mesmos, como destacam os pais é necessário que a escola melhore na forma de incluir, para assim poder oportunizar um espaço inclusivo para seus filhos, como ressalta o PR₃ *“a escola precisa procurar meios de incluir todos os alunos”*. Na qual para a inclusão do aluno com NEE's não é o suficiente está frequentando a sala de aula regulamente, o aluno necessita de um espaço em que tenha as mesmas oportunidades com condições diferenciadas para que consiga alcançar os objetivos existentes no contexto educacional.

Em contrapartida, os professores da instituição concebem a inclusão como algo que vem avançando e melhorando a cada dia na escola, como ressalta o P₁ *“o processo tem sido de grande evolução, os profissionais sempre fazem ao seu alcance”*. Dessa forma, há divergências de ideias sobre a inclusão por professores e pais, nesse sentido é fundamental que se encontre metodologias que possibilitem um trabalho em conjunto com professores e pais, para que assim contribuam para o desenvolvimento e inclusão do aluno com NEE's.

O processo de inclusão na referida escola conta com o apoio de profissionais que buscam incluir o aluno no ambiente educacional, visto que seu acesso e permanência são obrigatórios.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (ROPOLI *et al*, 2010, p. 08).

No contexto das ideias acima expostas, a inclusão do aluno com NEE's acontece quando a escola proporciona ao aluno um espaço inclusivo, na qual a escola deve oportunizar ao discente um ambiente que estimule sua participação efetiva no contexto escolar. "Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças [...]" (BRASIL, 2008, p. 17), visto que é necessário perceber a limitação e a capacidade do aluno com necessidade educacional especial.

Dando sequência a abordagem sobre a inclusão na escola pesquisada, a segunda pergunta trouxe uma indagação se a comunidade pesquisada se sente preparada para colaborar com o prosseguimento da aprendizagem do aluno com NEE's, fazendo o seguinte questionamento: **Independente do papel que exerce junto ao aluno com necessidades educacionais especiais, você se sente preparado para contribuir com o desenvolvimento de sua aprendizagem?** Os argumentos dos elementos da pesquisa estão apresentados no quadro 4.

Quadro 4. Quanto à preparação em relação ao desenvolvimento da aprendizagem. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR ₁	"Não, porque ninguém vai estar totalmente preparado para trabalhar com aluno especial, tento ajudar minha filha no que eu posso".
	PR ₂	"Não, tento fazer em casa que ele pare de jogar as coisas, mas ainda não consegui, ajudo quando tem atividades, essas coisas, mas queria que nesse ano ele tivesse aprendido pelo menos a comer so, e ir ao banheiro".
	PR ₃	"Me sinto preparada, pois busco diversas formas de ensinar a cada dia, mesmo eu não tendo nenhuma formação".
	PR ₄	"Não tenho formação, mais ajudo em tudo minha filha, não estou preparada, mais tento ajudar ela se desenvolver, já é algo".
Cuida Doras	C ₁	"Sim, pois amo meus alunos e procuro sempre buscar conhecimento, cursos e informações para melhor trabalhar com eles".
	C ₂	"Sim. Sempre procurando incluir esses alunos e mostrar para todos que somos iguais, independente da deficiência ou não".

Professores	P₁	<i>“Sinceramente, não sinto ainda totalmente pronta. Pois somos carentes de especializações e outras formas de desenvolvimento que possamos atuar com segurança. Principalmente o apoio da família”.</i>
	P₂	<i>“Não 100%, mas as vezes a gente muda a história da inclusão”.</i>
	P₃	<i>“Em certas ocasiões não, devido ao preparo para o profissional nessa área”.</i>
	P₄	<i>“Não, ainda temos muito que aprender para podermos repassar. Até por que sabemos que são inúmeras situações nesta área e não somos preparados pedagogicamente para essas diversas situações. Embora aceitamos, mais no aprendizado deixamos a desejar”.</i>
	P₅	<i>“Não me sinto totalmente preparado, pois cada aluno é um desafio diferente, é um novo aprendizado, pois busco me qualificar para oferecer o melhor para o meu aluno”.</i>
	P₆	<i>“Sim! A educação de alunos com necessidades especiais com diferença no seu desenvolvimento advindos das deficiências física, motora ou sensoriais educacionais no papel exercido com o aluno no contexto escolar”.</i>
	P₇	<i>“Não, falta me qualificar para atender essas crianças. Mas nem por isso deixo de atender as crianças com necessidades especiais”.</i>
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>“Em alguns casos sim, outros nem tanto já que as especialidades são diversas e muitas vezes falta o conhecimento e/ou habilidades para trabalhar as diversas situações que se apresentam”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Acredito que sim, tenho um potencial de excelência, porém já trabalhei com alguns alunos (NEE’s), por exemplo: surdo/mudo/autista/atrofia muscular e cognitivo, que foi um desafio”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“Sim! Mas não é fácil. Pois nos dias de hoje a família ainda é muito ausente de seu papel junto às necessidades de seus filhos. Porém fazemos o possível para suprir as necessidades apresentadas”.</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>“Sim, porém sempre estou buscando formações, cursos de aperfeiçoamentos para melhor atendê-los”.</i>

Com base nos resultados dessa pergunta, observa-se que a comunidade pesquisada ainda não se encontra totalmente preparada para contribuir com a aprendizagem do aluno com necessidade educacional especial, visto que trabalhar com esse público necessita de uma preparação constante.

Como destaca a vice-diretora, *“falta o conhecimento e/ou habilidades para trabalhar as diversas situações que se apresentam”*, sobre esse viés cada experiência é algo novo, onde exige determinados conhecimentos para poder agir e contribuir com o aluno. Assim, a falta de preparação constante afeta a maioria dos profissionais presentes na escola, já que é essencial está preparado para diferentes situações na rotina escolar, conforme o P₅ *“cada aluno é um desafio diferente, é um novo aprendizado”*.

No entanto, na escola em meio a profissionais que não se sentem preparados, apresenta uma minoria de profissionais que se sentem habilitados para trabalhar com aluno com NEE’s, como C₁ e C₂ que se dizem preparadas para trabalhar com esses alunos, visto que buscam auxílios para assim poder melhor

incluir seus alunos, argumento também defendido pela C₁, que tem a preocupação de “*buscar conhecimento, cursos e informações*”.

No entanto, vale ressaltar que a falta de preparação não impede dos mesmos procurarem maneiras e formas de contribuir para a aprendizagem dos referidos alunos.

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008 *apud* ROCHA, 2017, p. 02).

Para promover a inclusão do aluno com NEE's especial é fundamental que se tenha compromisso com o aluno, na qual é importante que para trabalhar buscando aperfeiçoamento e formações, para oportunizar aos alunos inclusos uma educação que transmita que seja facilitadora, respeitando suas limitações e seu tempo de aprendizado.

Levando em conta a vivência com aluno que apresenta NEE's, realizou-se a abordagem para a comunidade sobre alguma experiência, desafio ou superação relacionada ao aluno com NEE's. Dessa forma, a fim de compreender melhor essa vivência, foi estipulada a comunidade escolar a seguinte questão: **Poderia compartilhar conosco uma experiência/desafio/superação no que se refere ao convívio com o estudante que necessita de uma educação especializada?** As respostas dos elementos da pesquisa estão descritas no quadro 5.

Quadro 5. Experiências referentes ao convívio com o aluno com o aluno que necessita de atendimento especializado. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR₁	<i>“Foi uma superação levar minha filha para a escola, porque ela é cadeirante e não tinha transporte. Levo para o AEE, nos dias que tenho que ir de pé”.</i>
	PR₂	<i>“Meu desafio é fazer com que meu filho pare de jogar as coisas”.</i>
	PR₃	<i>“Meu filho era muito difícil em se relacionar com os colegas na educação infantil, cheguei a pensar em tirar ele da escola, mas hoje posso ver que ele consegue conviver com os colegas. Vejo isso como uma superação”.</i>
	PR₄	<i>“Como somos recentes aqui, meu desafio foi ver a dificuldade da minha filha se adaptar com a escola”.</i>
Cuidadoras	C₁	<i>“A experiência que posso destacar referente aos alunos que a qual trabalho é que, tiveram um avanço grande com seu comportamento, a qual procuro fazer com que eles participem em tudo no ambiente escolar, respeitando sempre suas limitações”.</i>

	C₂	<i>“A minha maior experiência foi ser cuidadora de uma aluna com deficiência visual”.</i>
Professores	P₁	<i>“Desafio era fazer com um determinado aluno ficasse em sala com os outros alunos. E a superação foi conseguir essa proeza, depois de dois anos trabalhados”.</i>
	P₂	<i>“Trabalhei com mudo e tive ótima experiência, tanto ensinei quanto aprendi”.</i>
	P₃	<i>“O desafio é olhar pra se mesmo e olhar para o aluno e dizer eu estou preparada para trabalhar com esse aluno”.</i>
	P₄	<i>“Sim, o caso do Leandro que não anda direito, não fala, não consegue segurar nada. Tudo ele joga. E eu me pergunto, por quê? acho que deveríamos ter treinamentos também para recebermos esses clientes, para que assim pudéssemos contribuir um pouco com essa educação especializada”.</i>
	P₅	<i>“O desafio foi trabalhar com uma aluna surda, pois a mesma não era alfabetizada na Libras e nem no português. Isso me motivou a buscar meio e recurso que contribuísse com o seu aprendizado”.</i>
	P₆	<i>“A experiência estou adquirindo a cada dia com a aluna autista, o desafio e decifrar a dificuldade nas relações interpessoais, a superação a cada dia a aluna busca melhorar no contexto escolar”.</i>
	P₇	Não respondeu.
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>“Os desafios são variados desde a comunicação a reação emocionais que dificultam o convívio e outras vezes nos deixam sem saber como agir”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Para mim foi um grande desafio e uma experiência muito especial”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“Temos uma aluna cadeirante, a mesma com ajuda da professora e cuidadora vem se recuperando a coordenação motora, hoje visto que sua mãe não dá suporte do profissional (fisioterapeuta)”.</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>“Tenho uma aluna do 6º ano com baixa visão, admiro muito a mesma e incentivo para que se dedique mais nos estudos, ela é maravilhosa, é positiva e nos surpreende cada dia, sua força de vontade é incomparável, ela foca nos estudos”.</i>

No que diz respeito às respostas da comunidade pesquisada, observa-se que a maioria teve desafios ao trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial, no entanto esse desafio tornou-se uma superação. Visto que, trabalhar com aluno com NEE's requer um esforço e dedicação maior, na qual mesmo perante desafios, ocorreram avanços nos alunos, onde com a ajuda de determinadas ações e persistência os desafios foram sendo superados.

A comunidade escolar quando se dedicada a fazer parte da inclusão, em seu percurso pode enfrentar experiências, desafios e superações, assim sendo um aprendizado e vivência para trabalhar com novas pessoas com NEE's. Dessa maneira, a comunidade escolar possuem diversos relatos quanto ao convívio com o aluno com NEE's em meio a experiências, desafios e superações. Como descrito pela vice-diretora, o desafio vai *“desde a comunicação a reação emocionais que dificultam o convívio”*.

Mas para estimular o trabalho de professores, dos pais, cuidadoras existem superações, bem como foi exposto pela PR₃, que segundo a mesma *“foi uma superação levar minha filha para a escola, porque ela é cadeirante e não tinha transporte”*. Em vista disso, experiências do dia a dia que podem ser algo simples para outras pessoas, mas para que está vivenciando no dia a dia pode ser uma superação e um motivo para continuar a busca uma sociedade inclusiva e facilitadora para o aluno NEE's.

Dessa forma, fica evidenciado, que ter uma relação com aluno participante da sociedade educacional com NEE's, seja pai, cuidador, professor ou equipe diretiva, pode apresentar diversos desafios, mais com a determinação e coragem podem ser cessados.

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades (ROPOLI *et al*, 2010, p. 10).

Nessa abordagem, os desafios de promover uma aprendizagem, participação efetiva no ambiente escolar, o envolvimento dos responsáveis do aluno com necessidade educacional especial no meio escolar, deve contar com a participação de todos, com o intuito quebrar barreiras na vida do aluno. Assim a participação de todos com objetivos em comum, caminhando com metas semelhantes, facilitando o ensino para o aluno com NEE's, no contexto que uma educação inclusiva deve trabalhar com a equidade para todos os envolvidos.

Em consonância com a inclusão do aluno com NEE no ambiente educacional, todos tem um papel relevante na vida desse aluno, sendo que a inclusão só se efetiva em um ambiente, quando todos estão dispostos a incluir e oferecer subsídios para isso, em que a inclusão vista como uma abertura para fornecer espaço para todos que fazem parte da sociedade.

Para contribuir com o processo de inclusão do aluno com NEE's, o professor do atendimento educacional especializado tem um papel significativo, considerando que de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009 determina que o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais

(NEE's) deve ser realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em articulação com os demais professores do ensino regular, e com a participação das famílias.

Na instituição de ensino a atuação da professora do AEE ocorre por meio da mediação dos conhecimentos, na qual busca adquirir parcerias com os demais profissionais, para assim trabalharem em conjunto para contribuir com a vida educacional do aluno com NEE's. A professora do Atendimento Educacional Especializado procura maneiras de aprendizagem e autonomia para seus alunos, respeitando sempre suas limitações no ambiente escolar.

De forma a compreender esse aspecto sobre a atuação do profissional do AEE, foi realizado o seguinte questionamento para a comunidade: **Como você percebe a atuação do professor da sala do AEE?** As respostas dos membros da comunidade escolar estão descritas no quadro 6.

Quadro 6. Percepção sobre a atuação do professor da sala do AEE. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR₁	<i>"A professora Lêda trabalha muito bem no AEE, a Ana Clara tem o prazer de ir para o atendimento, lá ela se diverte muito, aprende brincando, mas a escola tem que melhorar ainda muito".</i>
	PR₂	<i>"Ele vai para o atendimento, mas não vi melhoras, a dona Lêda procura formas de fazer com que ele participe. A professora Lêda é mais preocupada em ensinar o Leandro, do que os professores dele."</i>
	PR₃	<i>"Ótimo, com o AEE ele se desenvolve bastante, ele gosta de participar das aulas. A professora sempre procura meios de ensinar ele com os materiais que tem lá no AEE".</i>
	PR₄	<i>"Tenta no que pode. Como ela estudou para isso, acredito que está preparada para contribuir com o ensinamento dos alunos".</i>
Cuidadoras	C₁	<i>"Boa, pois se qualificou para estar nessa área, além de estar sempre se qualificando para melhor fazer o atendimento aos seus alunos".</i>
	C₂	<i>"Percebo totalmente, pois temos professores excelentes tanto do regular quanto no (AEE) professores que procuram sempre ajudar seus alunos com a maior capacitação possível".</i>
Professores	P₁	<i>"De acordo com a necessidade da nossa escola, o professor da sala do AEE, sempre faz o possível para realizar o seu trabalho".</i>
	P₂	<i>"O atendimento dos alunos é feito através de jogos, quadrinhos, figuras de acordo com a necessidade de cada um".</i>
	P₃	<i>"O professor utiliza todas as formas que são cabíveis para trabalhar com o seu aluno".</i>
	P₄	<i>"Na sala ela não é participativa, pelo fato de ser só ela para todos. Mas creio que ela se reúne com as cuidadoras em um período e com a família de acordo com a necessidade de cada um".</i>
	P₅	<i>"O professor do AEE tem seu papel relevante tanto na escola como na sala de recursos multifuncionais. Pois, o professor do AEE não tem com única atribuição o atendimento em si do aluno. Suas atribuições estão atreadas a outras ações que promovem igualmente os recursos de acessibilidade".</i>

Equipe diretiva e pedagógica	P₆	<i>“É complementar ou suplementar a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola, e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino como uma escola comum ou de sala de recursos multifuncionais”.</i>
	P₇	<i>“Percebe-se que o professor se encontra com muitas dificuldades de não ter apoio necessário com materiais adequados para suprir a necessidade de cada criança”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Acredito que a maior dificuldade está na articulação entre o professor regular e professor AEE; esta relação que deveria ser de diálogo e parceria deixa a desejar prejudicando o desenvolvimento do aluno especial”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Percebi que além de estar preparado, são muito competentes em suas habilidades e desempenho na sala de aula. Estão sempre buscando aprimorar suas inovações colocando-as em práticas em sala de aula”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“No início tivemos muitas dificuldades para encontrar este profissional que se identificasse com a causa hoje têm uma profissional qualificada e preparada para tal fim”.</i>

Dessa forma, a atuação da professora do AEE é considerada pela maioria satisfatória, pois a mesma possibilita o aluno incluso, melhoria na sua vida, com possibilitando aos mesmos, ações indispensáveis para sua convivência. No entanto, é de fundamental importância que o professor do Atendimento Educacional Especializado esteja em articulação com os demais profissionais da escola, para assim melhor contribuir com a vida educacional do aluno.

A professora do AEE é um dos profissionais mais preparados para realizar a inclusão na escola, visto que é necessário que a mesma tenha conhecimentos sobre cada tipo de deficiência encontrada no ambiente escolar e assim pode utilizar as estratégias e metodologias adequadas para cada aluno, na medida em que cada um possuem especificidades diferenciadas. De acordo com a P₄, enfatiza que a professora *“não é participativa”* na sala de aula. Além disso, a vice-diretora informa que quanto à atuação da professora do AEE, *“a maior dificuldade está na articulação entre o professor regular e professor AEE”*. Dessa forma, como mencionado acima é de suma importância que haja articulação entre professor do AEE e professor da sala comum para melhor harmonia no trabalho desenvolvido com alunos com NEE's.

É importante salientar, que para os pais e professores da sala comum, a professora do Atendimento Educacional Especializado, vem fazendo um trabalho adequado na referida escola, na qual busca variadas formas de promover a inclusão no ambiente escolar e na vida do aluno. Dessa forma, o professor do Atendimento Educacional Especializado tem grande participação na inclusão do aluno com NEE, visto que para isso acontecer *“cabe ao professor do AEE realizar uma avaliação*

minuciosa das necessidades e potencialidades dos alunos atendidos, para com isso apontar os serviços, recursos e estratégias consideradas pertinentes a cada situação” (TURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI, 2002, p. 57).

É relevante ressaltar, que enquanto professor do Atendimento Educacional Especializado é essencial sua autoavaliação, onde é um método de reflexão sobre o trabalho desenvolvido na instituição de ensino. Assim, a professora do AEE autoavalia-se constantemente, observando sempre se suas ações, metodologias estão favorecendo para sua carreira profissional e na vida do aluno. A mesma no decorrer de sua prática no AEE valoriza seu trabalho, demonstrando satisfação em realizá-lo no ambiente escolar, quando a impasses no ambiente de trabalho e o aluno não se familiariza com o modelo de trabalho.

A escola como um meio inclusivo, necessita de intervenções para tornar-se mais acessível e inclusiva, dentre eles estão possibilitar formações para os professores, apoio familiar, recursos e materiais pedagógicos, ainda é importante que a escola tenha uma estrutura adequada com acessibilidade para os alunos com necessidades educacionais especiais, de forma que os alunos possam usufruir de um ambiente adequado e acessível.

Tendo em vista os fatores mencionados acima, a conquista de uma escola de qualidade e inclusiva, só irá acontecer quando ocorrer primeiramente, a participação de todos os segmentos da sociedade. Dessa forma, para melhor compreensão sobre os impasses que dificultam a inclusão do aluno incluso, foi questionado para a comunidade escolar: **Que desafios se apresentam para efetivar a inclusão com qualidade dos estudantes com NEE's nesta escola?** As respostas dos membros da comunidade escolar estão retratadas no quadro 7.

Quadro 7. Desafios para efetivar a inclusão. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR ₁	<i>“Falta de formação, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos, precária estrutura da escola; a estrutura da escola voltada para a acessibilidade, minha filha é cadeirante e percebo que não tem como ela andar sozinha sem uma pessoa empurrar. É perigoso cair. Precisa de rampas”.</i>
	PR ₂	<i>“Falta de formação, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; a escola tem que trazer também palestras para os pais, por que muitos como eu, não sabem lidar com o filho especial”.</i>
	PR ₃	<i>“Falta de formação, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; psicólogo”.</i>

	PR₄	<i>“Falta de formação, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; a escola tem que fazer algo que inclua os pais mais na escola”.</i>
Cuidadoras	C₁	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos”.</i>
	C₂	<i>“Ausência do apoio familiar; ausência familiar, pois sem o apoio da família o aluno não conseguirá chegar a lugar algum eles têm que ajudar também”.</i>
Professores	P₁	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos”.</i>
	P₂	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista; o grande problema é a família que geralmente não contribui para que o atendimento melhore”.</i>
	P₃	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; porque quanto mais qualificação e presença da família maiores resultados serão adquiridos”.</i>
	P₄	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista; creio que essas duas hipóteses, por que com a formação e especialistas em cada situação as demais não existiriam aqui”.</i>
	P₅	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos”.</i>
	P₆	<i>“Ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; a preparação inicial e continuada dos professores; a educação especial ou inclusiva as crianças que não participam na escola sejam incentivadas para participar de todas as programações da escola”.</i>
	P₇	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos”.</i>
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>“Falta de formação, ausência de apoio familiar, escassez de recursos e materiais didáticos; articulação professor X professor AEE”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Ausência de apoio familiar, carência de especialista”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“Ausência de apoio familiar, carência de especialista, escassez de recursos e materiais didáticos; a participação das famílias creio que seja o cume e ápice do sucesso desta modalidade”.</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>“Ausência de apoio familiar, carência de especialista. São poucas famílias que nos dão um retorno quando solicitados e também precisamos de psicólogos, fonoaudiólogos, etc., pois há uma necessidade desses acompanhamentos que é fundamental para um bom desenvolvimento”.</i>

Considerando todos os aspectos mencionados no quadro, observa-se que a comunidade escolar encontra muitos impasses para que a inclusão possa se efetivar com qualidade. De acordo com os pais dos alunos com NEE's, na escola falta formação, na qual a mesma é indispensável para o conhecimento de todos que participam no processo de inclusão, principalmente para os professores. Ainda tem como necessidade no ambiente escolar, a falta de especialistas, na qual com a presença do mesmo na comunidade, facilitaria para os pais, pois muitos deles necessitam viajar para outros lugares em busca de especialistas para seus filhos. A escola ainda tem como necessidade a falta de recursos e matérias didáticos

segundo a maioria dos pais, sendo que esses materiais são essenciais para a aprendizagem dos alunos com NEE's.

No que tange a resposta da maioria dos professores da sala comum, os mesmos expuseram que a necessidade da escola para promover uma educação inclusiva está na falta da participação da família, na qual a família é um dos importantes colaboradores no processo de inclusão, na qual precisa estar presente na vida escolar do aluno.

[...] a Educação Inclusiva envolve a participação da família e da comunidade, que podem contribuir para fortalecer e multiplicar as ações inclusivas. Uma atitude positiva dos pais em relação à participação e as potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social (GIL, 2005, p. 67).

Dessa forma, a participação da família no contexto escolar é indispensável para o processo inclusivo dos alunos com NEE's, visto que a inclusão é um processo que depende da contribuição de todos para acontecer. É importante salientar que para todas as categorias, ocorreu a necessidade de carência de especialistas. No entanto, “[...] na maior parte das vezes, a inclusão de crianças ou jovens com deficiência não precisa de profissionais especializados, mas sim, de uma escola e de professores comprometidos com a causa da inclusão” (GIL, 2005. p. 72).

Ainda tem como carência pela maioria das categorias é escassez de recursos didáticos, um dos elementos de grande importância para a aprendizagem do aluno que com NEE's, pois tais materiais didáticos para trabalhar com esses alunos contribuem e intensificam seus conhecimentos, visto que alguns alunos com NEE's aprendem algo mais didaticamente, em seu determinado período.

Nessa perspectiva de ações que faltam para promover um ambiente de qualidade e inclusivo, a participação do professor regente, técnico educacional, diretor, cuidador, especialista e todos que participam e ajudam na aprendizagem do aluno com NEE's é de suma importância no ambiente educacional.

É preciso que todos tenham um perfil adequado para trabalhar com o aluno e suas especificidades, visto que cada aluno com NEE's assim como os demais alunos, possuem características próprias, com desafio e peculiaridades, que devem ser trabalhados. À vista disso, questiona: **Em sua opinião, qual deve ser o perfil Escola (seja cuidador, especialista, professor regente, técnico, diretor) que deseja atuar junto ao aluno com NEE's nas escolas públicas de Itaituba/PA,**

além da qualificação necessária? As respostas dos membros da comunidade escolar estão descritas no quadro 8.

Quadro 8. Perfil do Profissional na atuação do aluno com NEE's. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR₁	<i>"Um professor que ame ensinar qualquer tipo de pessoa, independente da deficiência; professor que não tenha preconceito da criança".</i>
	PR₂	<i>"Ame a profissão; procure e realize tudo que vai ajudar o aluno a ser independente; não ver o aluno com indiferença e incapaz".</i>
	PR₃	<i>"Conhecimento necessário para trabalhar com cada tipo de aluno. E prazer por ensinar os alunos com necessidades".</i>
	PR₄	<i>"Goste do seu serviço; ensine todos sem deixar os especiais excluídos".</i>
Cuidadoras	C₁	<i>"O profissional escolar seja ele qual for para trabalhar com alunos com NEE's nas escolas públicas, primeiramente tem que ter amor, e compreender que eles são alunos da escola igualmente os demais e que apenas apresentam algumas dificuldades, seja no aprendizado (cognitivo) ou no andar".</i>
	C₂	<i>"Além do profissionalismo é preciso um bom caráter e postura e conhecimento para passar para o aluno".</i>
Professores	P₁	<i>"Ter entendimento, a qualificação, o respeito e sem deixar de lado a responsabilidade e o carinho que essas crianças merecem".</i>
	P₂	<i>"Ótimo"</i>
	P₃	<i>"Principal que ama a profissão".</i>
	P₄	<i>"Na minha opinião, mais pessoas preparadas na área com um coração concreto de amor e compaixão para atuar na vida dessas pessoas que tanto precisa do nosso apoio para assim cresça e apareça na nossa sociedade".</i>
	P₅	<i>"Um professor inclusivo tem que ter certas qualidades. A principal mudança na postura e que, a diversidade humana, nos obriga a nos despir de muitas de nossas crenças e valores".</i>
	P₆	<i>"Saber trabalhar em equipe, ter conhecimento da matéria/disciplina, buscar novas técnicas de ensino. Compreensão dos problemas do aluno, desafios da inclusão devem ser debatidos por toda equipe. Formação inicial e continuada conectadas ao cotidiano escolar".</i>
	P₇	<i>"As escolas públicas precisam de uma reforma para atender cada criança com sua especialidade. Salas de recurso qualificadas, formação de profissionais, etc".</i>
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>"Além da formação, um profissional atento preocupado em constante formação e habilidade para lidar com diversos perfis e situações".</i>
	Vice-diretora	<i>"Na minha opinião o perfil desse profissional deve ser, em primeiro lugar ter formação na área, ser educado, humilde e muito paciente com seus alunos".</i>
	Técnico Educacional	<i>"Que se identifique com essa modalidade em todos os aspectos. Assim como o envolvimento com as salas dos ditos normais, isto é, salas comuns".</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>"Esse profissional deve ser compromissado, atuante e que ame a Educação Inclusiva, que tenha respeito, paciência e carinho para com esses alunos, pois apesar de suas limitações precisam de muito cuidado e confiança para superar os desafios do dia-a-dia".</i>

Com base nas afirmativas da comunidade escolar, o profissional cujo objetivo é trabalhar com o aluno com Necessidade Educacional Especial é necessário que o mesmo tenha características adequadas para essa função. De acordo com os colaboradores dessa pesquisa, o perfil desse profissional deve ser com uma formação adequada na devida área, além disso, que o mesmo tenha amor pela profissão, que se identifique com essa profissão e desenvolva um trabalho adequado na instituição de ensino com os alunos com NEE's.

O profissional que almeja trabalhar com alunos que tenha NEE's de acordo com a C₁, [...] *primeiramente tem que ter amor, e compreender que eles são alunos da escola igualmente os demais [...]*, assim, não basta apenas que a pessoa tenha formações, é necessário que trabalhe pensando no próximo e que necessita de ajuda diferenciada dos demais, desse modo não utilizando sua deficiência para excluir das atividades, comemorações e trabalhos na sala de aula. A P_{AEE} realça que esse profissional [...] *deve ser comprometido, atuante e que ame a Educação Inclusiva, que tenha respeito, paciência e carinho para com esses alunos [...]*.

À vista disso, segundo a comunidade escolar o profissional necessita de qualidades essenciais para esse trabalho, não qual exige primeiramente formações, capacitações, amor ao próximo e que se identifique com essa modalidade, pois trabalhar com alunos que tem NEE's é uma experiência que demanda uma atenção e cuidado maior com esses alunos.

O aluno com NEE's, além de necessitar de um espaço adequado no ambiente escolar, necessita de pessoas qualificadas para trabalharem com esses alunos. Pois uma educação inclusiva precisa de pessoas que entendam sobre inclusão e como incluir esse aluno no ambiente escolar. Visto que, o aluno com NEE's tem diversas peculiaridades que podem passar despercebido pelos profissionais que não conhecem determinadas deficiências. De acordo com Correia (2008) *apud* Martins (2012, p. 33):

[...] os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Nesse contexto, na escola deve ter pessoas comprometidas com o seu trabalho, para então promover um ensino de qualidade. Na qual um espaço inclusivo

para o aluno com necessidade educacional especial, necessita de diversas ações para assim a inclusão se efetivar, no entanto também necessita da colaboração de todos que fazem parte do meio social do aluno.

Dessa forma, o perfil do profissional para atuar juntamente ao aluno com NEE's, vai além de uma formação, mas este profissional deve ter determinadas qualidades como responsabilidade, que ame a designada profissão para poder trabalhar com esse aluno que precisa de atenção e necessidades diferenciadas.

Dando ênfase para o profissional que procurar atuar com o aluno com NEE's e as atribuições necessárias que é preciso ter para assim poder exercer um trabalho, foi solicitada a comunidade escolar a seguinte questão: **Escreva aqui suas sugestões para atuar junto aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos de forma a promover sua aprendizagem.** As sugestões da comunidade escolar estão expostas no quadro 9.

Quadro 9. Sugestões para atuar com aluno com NEE's. Fonte: Comunidade escolar da EMEF César Almeida, Itaituba-PA (2019).

Categoria pesquisada	Função	Relato da comunidade pesquisada
Pais e Responsáveis	PR₁	<i>“Procurar sempre se formar, para saber lidar com a criança especial; proporcionar a criança experiências novas e incluir nas atividades”.</i>
	PR₂	<i>“Procurar com que o aluno especial aprenda coisas básicas, como ir ao banheiro, comer sozinho, lavar as mãos. Isso faz parte da aprendizagem”.</i>
	PR₃	<i>“Promover provas orais com os alunos; professora do AEE poder acompanhar os alunos com NEE's durante a prova; acabar com a superlotação de alunos nas salas de aula”.</i>
	PR₄	<i>“Procurar primeiro se qualificar para saber incluir o aluno especial; ter compromisso com suas aulas; procurar conversar com a família do aluno especial”.</i>
Cuidadoras	C₁	<i>“Minha sugestão é que promova mais formações e palestras para todos os profissionais da escola, e que tenha mais recursos didáticos para trabalhar com eles”.</i>
	C₂	<i>“É possível sim que os alunos especiais aprendam, interajam com os outros, pois trabalhamos para implementar o ensino desses alunos. Pois eu acredito que eles possuem essa capacidade”.</i>
Professores	P₁	<i>“Compromisso, parceria com a família, ideias, responsabilidade”.</i>
	P₂	<i>“Na minha opinião, nem sempre os alunos com deficiência aprendem o que se ensina na sala de recurso. Os problemas são muitos e variados. Também assistência médica, psicólogo não existe na zona rural”.</i>
	P₃	<i>“Mais material para se trabalhar com cada aluno”.</i>
	P₄	<i>“Disponibilidade de tempo, cursos voltados para área, recursos que suprisse a necessidade de cada um, uma sala com mais espaço. Pois sabemos que com salas lotadas fica impossibilitado de trabalhar de forma diferenciada com a nossa clientela”.</i>
	P₅	<i>“Todos juntos aprendendo com as diferenças, a escola poderá fazer atividades que ajudem a vencer preconceitos, promovendo empatia, respeito e solidariedade”.</i>

	P₆	<i>“A sugestão seria atuar adaptações em sala de aula, posicionar a aluna de modo a favorecer a visualização na escrita, explicar verbalmente de forma detalhada todo material utilizado visualmente em sala, ampliar o tempo disponível para a realização das atividades e provas”.</i>
	P₇	<i>“Os alunos com necessidades especiais nem todos vão adquirir o aprendizado, mas eles vão aprender a socializar na sociedade a ser independente”.</i>
Equipe diretiva e pedagógica	Vice-diretora	<i>“Profissionais especificamente qualificados; melhorias na estrutura física; trabalho multidisciplinar envolvendo inclusive família, jogos didáticos e atividade lúdicas, otimização da comunicação”.</i>
	Vice-diretora	<i>“Precisamos atuar juntos com psicólogos, fonoaudiólogo, nutricionista. Adaptação e previsão de recursos em sala”.</i>
	Técnico Educacional	<i>“Formação; dedicação; presteza e envolvimento, familiarização com as turmas comuns. Assim como preparo para cada etapa do desenvolvimento da criança”.</i>
Professora do AEE	P_{AEE}	<i>“Ter conhecimentos nesta área, ser dedicado e humano, ser atuante e comprometido, abraçando essa causa, que para mim defino como superação”.</i>

Como observado, a comunidade escolar expôs variadas sugestões com o intuito de ajudar o profissional a melhor promover a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Assim, de acordo com a comunidade escolar, é necessário que se tenha parceria com a família, procurar sempre está atendo a melhorias que podem ajudar o aluno em suas peculiaridades. Além disso, procurar formações e qualificações, para que possa trabalhar com cada tipo de aluno, pois os mesmos possuem especificidades diferenciadas.

A cuidadora 1 afirma ser necessário que a escola *“promova mais formações e palestras para todos os profissionais da escola”*, para assim quem desejar ser atuante nessa modalidade possa desenvolver um melhor trabalho no ambiente escolar. Ainda é importante salientar, que de acordo com PR₄ é essencial que o profissional que deseja atuar junto com o aluno com NEE's busque *“[...] procurar conversar com a família do aluno especial [...]”*. De fato, o diálogo entre pais e profissionais da escola é fator fundamental no decorrer do ano letivo, pois através de diálogos será capaz de romper desafios que afetam o desenvolvimento do aluno no ambiente escolar e até mesmo dentro de casa.

Segundo o Técnico Educacional, para atuar juntamente com alunos que apresenta NEE's é preciso ter *“[...] dedicação [...]”*, nesse aspecto foram diversas sugestões que são indispensáveis para esse profissional, pois para trabalhar com esses alunos somente a formação de ensino superior não é o suficiente. Esses alunos necessitam constantemente de pessoas dispostas a procurar diversas formas de propiciar um espaço inclusivo.

O professor é um dos principais profissionais para realizar uma educação inclusiva de forma a contemplar na vida do aluno com NEE's, visto que o mesmo tem como criar subsídios e distintas estratégias para incluir o aluno dentro da sala de aula, colaborando para seu aprendizado, estará dando continuidade à inclusão do aluno nesse ambiente. No entanto, todos os professores devem trabalhar de forma que isso aconteça, na qual os alunos com NEE's exerçam seu direito de adquirir uma educação inclusiva e de qualidade.

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais (COSTA, 2010 *apud* COSTA, 2012, p. 91).

Nesse contexto, o professor deve ser flexível no seu planejamento e em como trabalhar com cada aluno, criando diversas formas de aprendizagem para que o aluno com NEE's alcance o desenvolvimento necessário. A inclusão do aluno com NEE não é algo considerado impossível de se realizar no ambiente escolar, basta que todos tenham a ideia que juntos trabalhando com o mesmo objetivo de promover um espaço mais atrativo e inclusivo para os alunos inclusos, promovendo um ambiente acolhedor em que todos têm as mesmas oportunidades, mas condizentes com suas especificidades.

3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Nesse trabalho de conclusão de curso foi procurado entender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola César Almeida, tendo como base as percepções dos professores, pais, cuidadoras e a equipe diretiva e pedagógica da escola que atuam com esse público.

No decorrer desse estudo, foram elencados os desafios enfrentados pela comunidade escolar no que diz respeito a trabalhar com o aluno com NEE em função de promover seu ensino-aprendizagem e a inclusão dos mesmos no ambiente escolar: a falta de preparação dos professores; a falta de qualificação e capacitação da comunidade escolar; a ausência de recursos e materiais didáticos; a falta de participação da família e a carência de especialista no ambiente escolar.

Mediante ao resultado da pesquisa apresentada, faz-se necessário apresentar algumas sugestões para a melhoria no processo de inclusão do aluno com NEE's na escola, como:

- ❖ Formações continuadas para professores, cuidadoras e equipe diretiva e pedagógica da escola;
- ❖ Recursos e materiais didáticos adequados para desenvolver e aperfeiçoar as habilidades dos alunos com NEE's;
- ❖ Projetos que envolvam a família na escola, com palestras de diversas temáticas inclusivas e de informações sobre as especificidades educacionais de seus filhos;
- ❖ Projetos específicos para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ambiente escolar.
- ❖ Criar parcerias com profissionais da saúde, como médicos, fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos etc., para que os mesmos fomentem e auxiliem os professores a entender as necessidades do aluno com NEE's.
- ❖ As autoridades do município deve propiciar na escola uma infraestrutura adequada para os alunos com NEE's, como rampas, salas adaptadas conforme a necessidade de cada deficiência para assim contribuir com a inclusão do aluno.

Com essas sugestões é possível alcançar de forma significativa uma escola mais inclusiva, onde todos que nela estejam envolvidos tenham benefícios, possibilitando que as dificuldades em se trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais sejam amenizadas.

Dessa forma, para realizar a inclusão no ambiente escolar ou em qualquer espaço na sociedade, necessita-se da participação de todos e o desejo de fazer a diferença, na qual a inclusão só acontece com a persistência e dedicação de todos para promover um ensino-aprendizagem de qualidade respeitando o tempo e a especificidade de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações adquiridas nesse estudo sobre processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, é fundamental lembrar que o tema da inclusão não é recente. Entretanto faz-se necessário está em constante estudo e observação para que intensifique a qualidade e oportunidades para aqueles alunos que já foram considerados “anormais” diante da sociedade, sendo tratados sem respeito e com indiferença, sem possuir qualquer direito perante a sociedade em qual vivia.

Este estudo discorreu com abordagens teóricas sobre um pouco da história da educação inclusiva, visto que a educação inclusiva passou por muitos trajetos até chegar ao sistema que se encontra atualmente. As pessoas com deficiências eram consideradas “anormais”, não possuindo vez e nem direito de sua própria vida, além disso, a pessoa com deficiência não tinha qualquer oportunidade de receber uma educação, ou de estar no mesmo ambiente que as outras pessoas, na qual por muito tempo as deficiências eram consideradas castigo das divindades.

O conceito de deficiência foi se transformando e ganhando um novo significado diante da sociedade, no entanto, as pessoas com deficiência não eram tratadas com dignidade, porém já possuía a oportunidade de uma educação, pois a educação era trabalhada em lugares segregados. Após lutas, ações e leis voltadas para a pessoa com deficiência, foi elaborado um termo na qual a criança com deficiência tem direito a estar e permanecer na sociedade tendo direitos e deveres no ambiente em que vive, além disso, sendo possibilitado a adquirir uma educação no mesmo espaço que as outras crianças nas escolas regulares em salas comuns.

Esse termo ficou conhecido como inclusão, na qual deve existir principalmente no ambiente escolar e vai além de simplesmente inserir a pessoa com necessidades educacionais especiais na sala de aula. A inclusão luta pelo princípio que todas devem ter as mesmas oportunidades de adquirir uma educação no ambiente escolar, com circunstâncias e condições diferenciadas para cada pessoa, visto que possui particularidades e necessidades específicas.

O processo de inclusão dos alunos com NEE's na EMEF César Almeida vem sendo traçado há cinco anos, desde quando começou a receber este público. A inclusão dos alunos na escola ocorre com a participação de todos os envolvidos nesse processo comprometidos pela efetiva inclusão desses alunos. No entanto, a

qualidade da inclusão e da aprendizagem dos alunos pertencentes à escola precisa ser melhorada, pois deve estar em constante transformação, redescobrendo outras maneiras, possibilidade e estratégias de fornecer ao aluno condições de um espaço ainda mais inclusivo, para que o mesmo tenha uma participação efetiva, juntamente com sua família no ambiente escolar.

Para promover a inclusão com ainda mais qualidade e diferentes maneiras, deve ter um profissional adequado, e com visão direcionada para esse objetivo. O profissional que almeja incluir o aluno no ambiente escolar de forma a promover o desenvolvimento da aprendizagem com qualidade deve estar atendo as inovações que a sociedade proporciona, procurando sempre buscar capacitação com o intuito de saber lidar com a especificidade de cada aluno, ainda deve ter profissionalismo, sempre com boa conduta em seu trabalho.

O processo de inclusão escolar na EMEF César Almeida apresenta desafios, como a insuficiência de capacitação dos professores, assim como a das cuidadoras que auxiliam no processo de aprendizagem dos alunos com NEE's. Ainda tem como impasse para colaborar na inclusão do aluno, a insuficiência de recursos e materiais didáticos. Outro desafio é a ausência da família, pois há pouca participação da família no desenvolvimento de seus filhos.

Conclui-se então pela pesquisa realizada na EMEF César Almeida que a inclusão do aluno com NEE's está em constante transformação, e para que a inclusão seja realizada com qualidade é necessário que se tenha a participação de todos nesse processo, como a família, que é a base, os professores, cuidadores, gestores e todos que direta e indiretamente colaboram com a inclusão do aluno no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Gabriely C.; ARAÚJO, Rita de C. Tibério. Organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil em um município do interior paulista: perspectiva dos professores itinerantes e professores regentes. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 122-152, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas>. Acesso em: 23 set. 2019.

APA. Associação Americana de Psiquiatria. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. 5 ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANHA, Maria S. Fábio. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, SEEE, 2000.

BATTISTEL, Amara Lúcia H. Tavares. Deficiência física. In: Siluk, Ana C. Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1. Ed. Santa Maria: UFMS, Centro de Educação, 2012.

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. Atendimento educacional especializado para a deficiência física. In: Siluk, Ana C. Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1. Ed. Santa Maria: UFMS, Centro de Educação, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.6878, de 24 de setembro de 2002**. Referencial comum às denominações dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disp. em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm). Acesso em: 11 ago. 2019.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. **Lei nº 13. 146, de julho de 2015**. Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Constituição (1934)**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 16 JULHO 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Inclusão: **Revista da Educação Especial** V. 1, n.1. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Brasília, 2011. Disp. em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>. Acesso: 2 mai. 2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. DOU, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação.** PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 21 Dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. MEC/CNE/CEB, Brasília, DF, 2 out. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. MEC/SEESP. **Manual de orientações: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncional.** Brasília, DF, 2010.

_____. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. DOU, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____**Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF, 2014. Disp. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

CASTRO, Antonieta S. Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. Síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, Féliz; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Teresinha (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

COSTA, Valdelúcia Alves. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais para quê? In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Org.). **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. p. 89 – 110. Salvador: EDUFBA, 2012.

DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acessibilidade/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da Silva. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGUES, Celma dos A.; CARVALHO, Silvia H. R.; ARRUDA, Sônia M. C. de Paula. Alunos com baixa visão. In: DOMINGUES, C. dos A.; SÁ, Elizabet D. de; CARVALHO, S. H. R.; ARRUDA, S. M. C. de P; SIMÃO, Valdirene S. (Orgs.). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira**. Brasília: MEC, SEESP, 2010.

DUEK, Viviane Preichardt. Professores diante da inclusão: superando desafios. In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, n. 4, 2007, Londrina. **ANAIS...** Londrina. [s. n.], 2007, p. 1-8. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/066.pdf>. Acesso: 24 set. 2019.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Alunos com deficiência e seu direito à educação: trata-se de uma educação especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. p. 17-28. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

GUÉLHURI, Vaniéli; LESSA, Tatiane Cristina R.; FANTACINI, Renata A. F. Ensino colaborativo: Análise das publicações das Revistas Educação Especial e Brasileira de Educação Especial de 2012 a 2017. **Revista Camine: Caminhos da Educação**, Franca, v. 10, n. 1, p. 94-110, jul. 2018. Disp. em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos>. Acesso em: 23 set. 2019.

HADDAD, Monalisa Ehlke Ozorio. O trabalho desenvolvido com alunos com altas habilidades/superdotação. In: Congresso Nacional de Educação, nº 11, 2013, Curitiba. **ANAIS...** Curitiba: Educare, 2013, p. 29609-29618. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6844_4061.pdf. Acesso: 24 set. 2019.

LEITE, Lúcia Pereira; BORELLI, Laura Moreira; MARTINS, Sandra Eli S. de Oliveira. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 63-92, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 23 set. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. p. 17-27. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. p. 25 – 38. Salvador: EDUFBA, 2012.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 87-102, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 23 Set. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Uma radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dezembro de 2006. Disp. <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso: 05 ago. 2019.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Inclusão: identificação e estratégias de atuação na escola**. 2. Ed. São Paulo: EDICON, 2018.

ONU. Resolução n. 2542, de 9 de dezembro de 1975. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**. v. 12, n. 3, dez. 2015. Disp. em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PINOLA, Andréa Regina Rosin; PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, Set. 2014. Disp. em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 23 Set. 2019.

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; Duran, Mônica Geraes. Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino. In: BRASIL. **Ensaio Pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Revista Ensaio Pedagógico**. v. 7, n. 2, p. 1-11, jul./Dez. 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n.pdf>. Acesso em 23 set. 2019.

ROCHA, Máira Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. **Revista Cadernos de Pesquisa**. v. 22, nº. 1, Jan./abril de 2015, São Luiz.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzetin Rolim; LEITE, Lúcia Pereira. Deficiência intelectual: conceitos e definições. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzetin Rolim (Org.) **Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais** (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). p. 68-88 V. 2 Bauru: UNESP/FC, 2012.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzetin Rolim; MARANHE, Elisandra André. A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzetin Rolim (Orgs.). **Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais** (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). p. 11-45 v. 2. Bauru: UNESP/FC, 2012.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação. MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza, Ceará, 2010.

SÁ, Elizabet dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especial: deficiência visual**. SEESP/SEED, MEC, Brasília/DF, 2007.

SÁ, Elizabet Dias de; SIMÃO, Valdirene Stiegler. Alunos com cegueira. In: DOMINGUES, Celma dos A.; SÁ, Elizabet D. de; CARVALHO, Silvia H. R. de; ARRUDA, Sônia M. C. de Paula; SIMÃO, Valdirene S. (Orgs.). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. p. 26-54. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAMPAIO, Cristiane Teixeira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. [livro eletrônico] Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso 02.09.2019.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antônio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 63-63, jul. 2009. Disp. em <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>? Acesso em: 19 ago. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 167-176, Dez. 2002. Disp. em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article>. Acesso em: 28 set. 2019.

SOUZA, Flávia Danieli de; RIBEIRO, Mônica Cintrão França; BRAUNSTEIN, Valeria Campinas. **Educação inclusiva**. São Paulo: Editora Sol, 2014.

SOUZA, Fabiola Fleischfresser de, VALENTE, Pedro Merhy, PANNUTI, Maísa. O papel do professor de apoio na inclusão escolar. In: congresso nacional de educação, n. 12, 2013, Curitiba: Paraná. **ANAIS...** Curitiba: Paraná: Educare, 2015, p. 10875-10885. Disp. em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17749_7890. Acesso em: 04 set. 2019.

TURCHIELLO, Priscila; SILVA, Sandra Suzana Maximowitz; GUARESCHI, Taís. Atendimento Educacional Especializado (AEE). In: Siluk, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1. Ed. Santa Maria: UFMS, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2012.

UNESCO. Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 20 mar. 2019.

APÊNDICE A –

QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE ESCOLAR

Prezados (as), necessito de sua colaboração e sinceridade no preenchimento deste questionário, cuja finalidade é obter subsídios que proporcione condições de desenvolver minha monografia de graduação em Pedagogia referente ao processo de inclusão de alunos com NEE's nesta escola.

I. Identificação:

a) Categoria de participação na pesquisa:

- () Cuidadora () Pais/Responsáveis
 () Professor () Equipe gestora/pedagógica

b) Qual a série/ano do aluno com quem você tem convivência? _____

c) Qual seu nível de formação: _____

d) Quanto tempo de convívio nesta comunidade escolar: _____ anos.

II. Percepção sobre a organização escolar:

1. A inclusão escolar com qualidade pressupõe um quadro de profissionais competentes e envolvidos, e acima de tudo um espaço em que se reconheça e respeite as diferenças individuais de cada aluno. À vista disso pergunta-se: Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos com NEE's nesta Escola?

2. Independente do papel que exerce junto ao aluno com necessidades educacionais especiais, você se sente preparado para contribuir com o desenvolvimento de sua aprendizagem?

3. Poderia compartilhar conosco uma experiência/desafio/superação no que se refere ao convívio com o estudante que necessita de uma educação especializada?

4. O artigo 2º da Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009 determina que o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais (NEE's) deve ser realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em articulação com os demais professores do ensino regular, e com a participação das famílias. Desse modo, como você percebe a atuação do professor da Sala do AEE?

5. A conquista de uma escola de qualidade e inclusiva só irá acontecer quando ocorrer, primeiramente, a participação de todos os segmentos da sociedade. Em sua opinião, que desafios se apresentam para efetivar a inclusão com qualidade dos estudantes com NEE's nesta escola?

- () Falta de formação
- () Escassez de recursos e materiais didáticos
- () Ausência do apoio familiar
- () Precária estrutura da escola
- () Carência de especialistas
- () Falta de uma coordenação pedagógica
- () Outros: _____

Justifique. _____

6. Em sua opinião, qual deve ser o perfil do profissional Escola (seja cuidador, especialista, professor regente, técnico, diretor) que deseja atuar junto ao aluno com NEE's nas escolas públicas de Itaituba/PA, além da qualificação necessária?

7. Escreva aqui suas sugestões para atuar junto aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos de forma a promover sua aprendizagem.

Agradecemos sua colaboração nesta pesquisa!



Aluna autista, realizando pintura no AEE.



Aluno com baixa-visão, realizando atividade de artes no AEE.



Figura 13. Aluno realizando atividade no AEE.



Aluna com DF trabalhando sua coordenação motora com a professora do AEE.



Trabalhos produzidos pelos alunos do AEE.



Trabalhos produzidos pelos alunos do AEE.



Confraternização natalina em comemoração ao encerramento das aulas no AEE.